



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**LORENA FERNANDES FARIAS**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À LUZ DA VIGILÂNCIA  
SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX – BA**

**CACHOEIRA- BA**

**2015**

**LORENA FERNANDES FARIAS**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À LUZ DA VIGILÂNCIA  
SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX – BA**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Professor Orientador: Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo.

**CACHOEIRA- BA**

**2015**

**LORENA FERNANDES FARIAS**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À LUZ DA VIGILÂNCIA  
SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX – BA**

Cachoeira – BA, aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo  
(Orientador – UFRB)

---

Bel. Angelo Vinicius C. de Carvalho  
(Membro Externo)

---

Bel. Diego da Conceição Piedade  
(Membro Externo)

*Dedico este trabalho a Ermivan (in memória). “Mi”, meu amor, obrigada por ter me mostrado a maior, mais pura e mais singela forma de amor e doação. Sonhamos juntos com esse momento (você até mais que eu as vezes... risos), e sei que concretizamos juntos. Nessa caminhada, os teus passos estão ao lado dos meus, sempre. Obrigada por ter sido o meu anjo aqui na terra. Sei que estás comigo, e hoje é um espírito de luz a me cuidar! Essa vitória também é sua meu “pequeno príncipe”. “por que sabíamos que o nosso infinito era maior que outros”. Saudades eternas!*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, grande arquiteto do Universo e minha maior fortaleza. Meu sentimento de gratidão por se fazer presente em todos os momentos da minha vida. Por me fazer sentir a sua presença sempre e cada dia mais forte e nunca me deixar duvidar do seu imenso amor e misericórdia. Agradecer pela bênção de poder partilhar esse momento com a melhor família e os melhores amigos (família que escolhemos). Obrigada Senhor!

Painho e Mainha (Martinho e Ida), muito obrigada por serem os meus maiores exemplos de fé, humildade, lealdade, perseverança, força, doação e amor. Por terem sempre me apoiado em todos os momentos da minha vida. Por todos os sacrifícios despendidos para que eu pudesse estar hoje aqui, realizando um sonho que sonhamos sempre juntos (não foi fácil, mas conseguimos). Muito obrigada pelo incondicional amor e dedicação. Pelo colo, ombro, mão amiga, palavras de conforto e carinho em meio às minhas angustias. Obrigada pela paciência, e acima de tudo, obrigada por se fazerem SEMPRE presentes em minha vida, mesmo com os muitos quilômetros de distância. Vocês são a fonte da minha força e dedicação! Essa vitória é de vocês!

Ao meu amado e adorado irmão (Zequinha). “Pim”, obrigada por ser o melhor, mais compreensivo, mais amoroso, mais dedicado e mais lindo irmão do mundo. Obrigada por estar SEMPRE do meu lado, por me amar incondicionalmente, por ser meu AMIGO, meu COMPANHEIRO, minha alavanca quando estou triste. Sei dos sacrifícios e abdições que tem feito por mim, pra possibilitar a realização dos meus (que são nossos) sonhos! Palavras não são capazes de mensurar todo o meu amor, todo o nosso amor!

Amanda, minha irmã de coração, muito obrigada! Por ter sido desde o berço a minha companheira, amiga, irmã, mãe. Obrigada por se fazer presente em todos os momentos da minha vida, entre risos e choros, ansiedades e stress, entre tentativas e conquistas... Você sempre esteve ao meu lado, para aplaudir, sorrir, chorar comigo. Pular nas vitórias e apoiar e levantar nos tropeços da vida. Obrigada por fazer parte da minha caminhada, por fazer parte de mim. Nega, te amo muito!

Aos meus primos (perturbação da minha vida), “amor pra mais de metro”, meu muito obrigada por fazerem parte da minha família, pela nossa união e cuidado uns com os outros.

Aos meus tios e tias, minha gratidão, pelo amor, carinho, dedicação e apoio nessa caminhada de estudos. Vocês são parte dessa conquista!

A Ezildinha e Predinho, companheiras de luta e de vida! Minhas amigas, irmãs, “pau pra toda obra”, o meu muito obrigada! Vocês são parte do alicerce que me sustenta e me faz crescer. A nossa amizade é uma das coisas mais belas, sólidas e mais “maiores de grandes” do mundo. Sabemos as dores e as delícias de ser quem somos! Amo vocês.

A Lana, por ter sido minha amiga em todos os momentos da graduação e da minha vida, principalmente nessa reta final. Amiga, obrigada por estar sempre ao meu lado, por me mostrar que as dores não deixam de doer, mas a gente tem que prosseguir. Obrigada por aumentar a minha fé a cada dia, só em ver o tamanho da tua. E obrigada, muito obrigada por acreditar em mim, quando nem eu acreditava tanto!

Aos meus grandes amores-amigos: Dan e Dan (inho e inho). Muito obrigada pela irmandade, companheirismo, carinho, cuidado e amor. Vocês tornaram os meus dias e noites, os melhores do mundo... Por que saber quando eu chamo um ou outro só pelo tom da voz, é amor demais.

Aos meus lindos e amados: Lucas e Marivan. A caminhada não poderia ser melhor se não ao lado de vocês. Obrigada pela amizade, carinho, amor e apoio sempre! Amo muito, e torço muito por nós!

Meu muito obrigada a Baby, o meu oposto mais semelhante! Incrível como somos diferentes e tão iguais. A nossa amizade se fortalece a cada crise de TPM. Obrigada por estar sempre ao meu lado BB, por ter feito dessa jornada acadêmica um aprendizado diário de amor, paciência e amizade!

Angelo meu querido, como agradecer tanto carinho, tanto cuidado, tanta consideração, dedicação, preocupação e amor? Nossa amizade, sei que não é apenas de agora. Um laço sólido e singelo, firmado no respeito e na admiração. Agradeço a deus novamente por me presentear com a sua amizade. Obrigada por estar sempre ao meu lado e me ouvir mesmo sem que fale nada. Por me compreender antes mesmo de mim. Por perceber até no meu melhor disfarce os

meus reais sentimentos. Tanta delicadeza e sensibilidade são preciosos. Que bom que essa raridade faz parte dos meus dias.

Dieguinho, meu muito obrigada! Por todo incentivo, carinho e afeto, por estar sempre disponível e disposto a ajudar. Obrigada pelas palavras de incentivo, de apoio, de força. Obrigada pelo carinho e cuidado. Obrigada por ter me deixado conhecer “Diego”: um coração enorme, uma sensibilidade maior ainda, e uma amizade, lealdade e companheirismo notáveis. E por estar na minha banca. Você é meu orgulho “Menino SUAS”.

Dai, a pessoa mais esquentada e mais amorosa...rsrs Nossa amizade é a maior prova de que os “dispostos se atraem”. Obrigada amiga, por todos os trabalhos em equipe, por todas as gargalhadas e lágrimas juntas. E muito obrigada por nos presentear com Ana Ruth, a nossa princesinha. Amo vocês!

A Leo e Rafa, (meus baianos), demonstração de amor, carinho e amizade maior eu não poderia esperar ou encontrar. Obrigada por serem meus amigos, de sempre e pra sempre!

Meu muito obrigada a Claudio, por todo carinho, compreensão e cuidado. Por ter sido meu amigo sempre, e me proporcionar tantos momentos de felicidade. Nosso carinho e admiração estão além de meros formalismos. A Juli, seu Julio (meu parente) e dona Dudu, muito obrigada pelo imenso carinho e amor, por todo cuidado, confiança, compreensão, respeito e admiração. Obrigada por terem sido e permanecerem uma família pra mim. Minha gratidão, respeito e admiração a vocês!

A minha querida Mestra e amiga, Rosenária. Obrigada pela amizade, carinho, companheirismo, cuidado, preocupação e orações. Obrigada pelo exemplo de mulher guerreira, íntegra, honesta, forte, VITORIOSA. Obrigada! Os laços que nos aproxima são fortificados pelo respeito, admiração e carinho.

À minha querida Mestra Rosemeire, pelo exemplo ético e humano. Obrigada minha querida, por se fazer presente mesmo distante, por guardar a tua dor a tua luta para se solidarizar com os outros. Obrigada por cada mensagem de carinho, afeto e incentivo durante essa caminhada. Exemplos como o seu, carregarei sempre.

A Alba, minha querida amiga e Mestra, companheira de muitos caminhos e todas as horas. Querida, muito obrigada! Pela amizade, pelos cuidados, carinho, preocupação, pelo incentivo, pelos momentos de muita gargalhada. Obrigada pela

tranquilidade e pelas “agonias” do dia a dia. Fico muito feliz em ter construído laços tão fortes de amizade e respeito.

A Heleni, minha “gatinha”, meu muito obrigada pela amizade, carinho, cuidado. Pelos momentos de descontração e alegrias, por estar sempre de bem com a vida, com um sorriso sempre estampado no rosto, pela leveza em tratar as coisas e as pessoas. Te admiro e tenho enorme carinho por ti!

A Henrique, meu orientador, obrigada pelos ensinamentos, pela paciência, pela compreensão e pelo carinho em todos esses anos da graduação, mas, em especial, durante momentos difíceis da minha vida pessoal nessa reta final. Obrigada pela compreensão e carinho em momentos de angústia e desespero. Minha gratidão, admiração e respeito. Até por que, você é Top Five.

Ao grupo de pesquisa NATOSS, uma família construída com laços de amizade, respeito, carinho, solidariedade, companheirismo e amor. Aprendi muito com cada um/a de vocês. Meu processo formativo não seria o mesmo sem a contribuição pessoal e coletiva proporcionada junto com vocês.

Ao Gt de educação. Com vocês aprendi muito nessa jornada acadêmica. Em especial à Marcela Silva. Obrigada pela construção e troca de saberes, pela amizade, pelo carinho e cuidado. Você fez parte de processos importantes, e é importante para mim! Muito obrigada!

Ao movimento estudantil da UFRB -um marco divisório em minha vida- o meu muito obrigada! Companheiras e companheiros de luta, aprendi muito com todos vocês!

A todos os mestres e toda a comunidade UFRB, que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação. Não somente formação acadêmica, mas formação humana.

À casa Belvedere (todas as moradoras), onde passei muitos momentos dessa minha estadia pelo Recôncavo, em especial a Seu Welington e a Tia Sandra, pelo cuidado e carinho a mim dedicado, tenho muito carinho e admiração por vocês. A Géssica, por ter me possibilitado inúmeros aprendizados, e pela amizade cultivada esse tempo. Aprendemos muito uma com a outra, nossa amizade se fez e se fortaleceu sozinha, por isso é real!



A vovô Zeca (in memória). Por ter sido um dos meus maiores exemplos de ser humano. A vovó mima, pelo imenso carinho e amor dedicados a mim sempre! E principalmente por serem pais da maior e melhor mulher do mundo, minha MAINHA. A vovó Elvira e vovô João (in memória), por me mostrarem a possibilidade do amor entre os contrários. Por todo o carinho e afeto a mim dedicados, e, principalmente por serem pais do maior e melhor homem do mundo, meu PAINHO.

**RESUMO**

O presente trabalho, intitulado “A Política de Assistência Social, à luz da vigilância socioassistencial no município de São Félix- Ba”, busca compreender a materialização da Vigilância Social no Município, a partir da apreensão de categorias centrais para a operacionalização desse instrumento, bem como a utilização de análise das entrevistas realizadas em campo. O trabalho tem como objetivo geral, Perceber a materialização da vigilância socioassistencial no município de São Felix, o que será elucidado com o desvelar dos objetivos específicos, traduzidos na compreensão do percurso histórico da Política de Assistência Social no Brasil e em São Félix, na apresentação dos serviços, programas e projetos desenvolvidos no município, e na possibilidade de situar a vigilância socioassistencial no SUAS e no âmbito municipal, com vistas a compreender a materialização da vigilância no município a partir dos resultados da pesquisa de campo. Para alcance desses objetivos realizamos pesquisa bibliográfica, e utilizamos a metodologia de pesquisa qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada e posteriormente, para a análise das entrevistas, utilizamos ainda a técnica de análise de discurso, que elucidará os resultados da pesquisa de campo realizada junto a profissionais técnicos da Proteção Social do Município de São Félix.

**Palavras-chave:**

Política de Assistência Social; SUAS ; Vigilância Socioassistencial

**ABSTRACT**

This study, entitled "Social Welfare Politic, The Light Of Surveillance social assistance in São Félix- Ba", seeks to understand the materialization of Social Watch in the city, from the seizure of core categories for the operation of this instrument, as well as the use of analysis of interviews in the field. The work has as main objective, perceive the materialization of social assistance surveillance in São Felix, which will be elucidated with the unveiling of the specific objectives, translated in understanding the historical development of social assistance politic in Brazil and Sao Felix, presentation services, programs and projects developed in the municipality, and the possibility of placing the social assistance surveillance in the ITS and the municipal level, in order to understand the materialization of surveillance in the city from the field research results. To achieve these goals we conducted literature search, and use the qualitative research methodology. To collect data we used semi-structured interview technique and eventually to the analysis of the interviews also used the speech analysis technique, which elucidate the field of survey results conducted with professional technicians Social Protection in São Felix.

**Keywords:**

Social Welfare Politic; ITS; social assistance surveillance

**LISTAS DE SIGLAS**

BPC - Benefício de Prestação Continuada  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial  
CF – Constituição Federal  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social  
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMAS- Fundo Municipal de Assistência Social  
IAPS - Institutos de Aposentadorias e Pensões  
ID-CRAS- Índice de Desenvolvimento de CRAS  
IGD – Índice de Gestão Descentralizada  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MDS- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
NOB-RH/SUAS- Norma Operacional Básica/ Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social  
NOBSUAS - Norma Operacional Básica do SUAS  
PAIF- Programa de Acompanhamento Integral a Família  
PBF – Programa Bolsa Família  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PPA- Plano Pluri Anual  
PSB – Proteção Social Básica  
PSE- Proteção Social Especial  
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SISC – Sistema de Informação de Cadastro

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

TABCAD - Tabulador de Informações do CadÚnico

## **LISTAS DE QUADROS**

**QUADRO 1** – Dados gerais do município

**QUADRO 2** – Informações sociodemográficas

**QUADRO 3** – Piso Básico Fixo – CRAS/ PAIF (2015).

**QUADRO 4** – Piso básico variável – CRAS/ PAIF (2015).

**QUADRO 5** – ID-CRAS (1-Insuficiente 2-Regular 3-Suficiente 4-Superior).

**QUADRO 6** – Critérios: Porte populacional do município / Famílias referenciadas

**QUADRO 7** – Atividades realizadas

**QUADRO 8** – Estrutura física

**QUADRO 9** – IGD do Município

**QUADRO 10** – Panorama do PBF no Município

**QUADRO 11** – Panorama do BPC no Município

## **LISTAS DE IMAGENS**

**IMAGEM 1** - Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município

**IMAGEM 2** – Organograma da Secretaria Municipal de Assistência Social

**IMAGEM 3** - A construção do diagnóstico socioterritorial pela ótica da Vigilância

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 CAÍTULO 1 :A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E EM SÃO FELIX .....</b>	<b>14</b>
2.1 A assistência social no Brasil: breve percurso histórico .....	14
2.2 Translado para esfera do direito: da Constituição Federal de 1988 ao Sistema Único de Assistência Social. ....	17
2.3 A política de Assistência Social em São Félix – BA .....	26
<b>3 CAPÍTULO 2: EM DEBATE: A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EM SÃO FÉLIX.....</b>	<b>34</b>
3.1 O lugar da vigilância socioassistencial no SUAS .....	34
3.2 Os serviços, programas e projetos desenvolvidos no município de São Félix ....	49
<b>4 CAPÍTULO 3: A MATERIALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM SÃO FELIX. ....</b>	<b>64</b>
4.1 Dispondo Sobre a Vigilância Socioassistencial no Município de São Félix: aproximações <i>in loco</i> .....	66
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>87</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca perceber, dentro da Política de Assistência Social do Município de São Félix, a materialização da Vigilância Socioassistencial, compreendendo a importância desse instrumento enquanto potencializador dos serviços da Proteção Social, bem como dos mecanismos de gestão e efetivação da Política Social. Para alcance do nosso objeto de estudo, é necessário compreender o percurso histórico da Política de Assistência Social no Brasil e no Município, atentando aos serviços, programas e projetos desenvolvidos, bem como aproximações conceituais com a temática proposta.

Esse estudo é fruto das inquietações em perceber a materialização da Vigilância Socioassistencial na realidade do Município de São Félix, a partir do processo de vivência de estágio no equipamento da Política, bem como na perspectiva de evidenciar os desafios na concretização desse mecanismo. O interesse pela temática é potencializado a partir da aproximação com a discussão proporcionada pelo Projeto de Iniciação Científica- PIBIC e com capacitaSUAS – BA.

A partir dessas experiências, surgem inúmeras inquietações relacionadas à materialização da Proteção social e das Normativas que regem a Política. Nesse sentido, buscamos no decorrer do trabalho, apresentar e problematizar as Normativas da Vigilância Social no que tange à real possibilidade de efetivação na prática Municipal. No entanto, antes de debruçar sobre o objeto da pesquisa, fez-se necessário no Trabalho, para melhor compreensão da proposta, a fragmentação deste em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado “A política de Assistência Social no Brasil e em São Félix” busca uma breve explanação sobre a construção da Política de Assistência na esfera do Direito, bem como os processos formativos de implantação da Política de Assistência no Município de São Felix.

O Segundo capítulo, “Em debate: a Vigilância Socioassistencial na Política de Assistência Social e em São Félix”, adquire um viés mais normativo, devido ao caráter ainda incipiente de discussão a cerca da temática proposta. No entanto, buscamos já nesse capítulo, contracenar e problematizar esse instrumento no

Município através das falas das entrevistas realizadas para a concretização do trabalho.

Coube ao terceiro capítulo “A Materialização da Vigilância Socioassistencial no Município de São Félix”, dispor principalmente sobre os resultados da pesquisa, contrastando a percepção dos profissionais da Proteção Social sobre os processos de Vigilância no Município, com as normatizações que preconizam a sua execução.

A metodologia de pesquisa, para Minayo (2003, p. 16-18) “é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade”.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica, evidenciando para tal, documentos oficiais da Política, bem como documentos produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é constituída principalmente de livros e artigos científicos, sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Nesse ponto inicial nos deparamos com o primeiro dos muitos desafios que seguiriam. Tendo em vista que essa é uma discussão ainda em formação, nos deparamos com a incipiente produção bibliográfica sobre a temática, o que nos restringiu em muitos momentos aos normativos que preconizam a Política.

Para obtenção de informações e dados do município, utilizamos enquanto técnica de coleta de dados a entrevista, entendo ser bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (Selltiz et al., 1967, p. 273, apud Gil., 2008, p.109).

Concernente à escolha das técnicas de pesquisa, optamos pela entrevista semiestruturada, com roteiro estabelecido previamente. A entrevista semiestruturada, para Minayo(2009), é um instrumental técnico para a coleta de dados que representa um norte para o entrevistador, um instrumento orientador que possibilite o aprofundamento e ampliação da comunicação entre o entrevistador e o entrevistado. Dessa forma, a técnica permite maior flexibilidade na interlocução, permitindo abarcar informações para além do roteiro utilizado. Corroborando com

Triviños (2008), essa técnica é fundamentada enquanto parte dos questionamentos iniciais apoiados nas teorias e hipóteses inerentes à pesquisa. Dessa forma, o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, torna-se mais rico em detalhes, o que possibilita o surgimento de novos fatos, propiciando outras proposições no universo da pesquisa.

Para a análise das entrevistas, foi escolhida a técnica de análise de conteúdo, a qual nos permite “caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” Minayo(2008, p. 84). Nesse sentido, buscaremos compreender o significado das falas vinculado ao contexto em que estão inseridas, buscando a articulação com os referenciais teóricos.

Escolhemos para a realização da pesquisa um estudo de cunho exploratório de abordagem qualitativa, compreendendo a necessidade em ampliar o arcabouço teórico sobre a temática proposta. Para Minayo (2009, p.21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode e não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Para a escolha do tema e realização da pesquisa, a observação participante<sup>1</sup> enquanto técnica de aproximação com a realidade deveria possibilitar, um célere acesso a dados sobre situações cotidianas do universo da pesquisa, bem como acesso a dados considerados de domínio privado pelos sujeitos pesquisados, permitindo ainda a apreensão subjetiva de comportamentos no campo de pesquisa. (Gil, 2009). No entanto, essa presunção não se concretizou durante a realização da pesquisa de campo, tendo em vista os entraves na obtenção de documentações de domínio Municipal, bem como nas dificuldades de realização das entrevistas (processo elucidado na nota de rodapé nº 40).

---

<sup>1</sup> A observação participante na pesquisa se apoia no período de estágio de supervisionado II e III na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município.

Para elucidar essa técnica, apoiamo-nos em Gil (2009, p.103), que traz a observação participante enquanto,

participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

Vale salientar que essa técnica adquire importância fundamental para a apreensão do objeto, possibilitando ao pesquisador maior aproximação com a realidade pesquisada, apreendendo os elementos objetivos e subjetivos que a compõe.

## **2 CAÍTULO 1 :A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E EM SÃO FELIX**

O debate realizado nesse primeiro capítulo busca uma breve explanação cronológica sobre a Política Nacional de Assistência Social, salientando as relações sociais no processo de acumulação capitalista, bem como entre o Estado e a sociedade civil. Esse capítulo fundamenta-se na trajetória da política social, rememorando ações de cunho assistencial, percorrendo a trajetória de regulamentação e construção da assistência social enquanto política pública de direito, através da análise dos documentos legais, tais como: Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOBSUAS), traçando uma breve trajetória das políticas sociais, e como ela vem se constituindo e se consolidando na sociedade brasileira.

Pretende-se, ainda nesse espaço, compreender o processo de implantação e regulamentação da política no município de São Felix, sede da pesquisa, percorrendo os principais desafios para a sua consolidação, chamando atenção para as ações do SUAS no município.

### **2.1 A assistência social no Brasil: breve percurso histórico**

Para compreender a Assistência Social no Brasil, é necessário percebê-la enquanto um processo histórico, apreendendo a intrínseca relação entre as classes sociais, marcadas por permanentes tensões entre capital e trabalho, numa “dinâmica relativa do capital de empobrecer os trabalhadores diante da riqueza social que eles mesmos produzem é uma das características fundamentais do modo de produção capitalista e da consolidação de seu maior instrumento de acumulação privada [...]” (MOTA, 2010, p.100). Com isso, as bases de produção e reprodução capitalista se desenvolvem sob a égide da expropriação da força de trabalho, colocando-a a serviço do processo de acumulação de capital.

No processo de consolidação capitalista, o capital produz uma população utilizada como força de trabalho pela indústria capitalista, mas também constrói mecanismos de exclusão de parte dessa população, gerando um excedente populacional inativo, necessário à acumulação e desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista.

Podemos estabelecer, no entanto, uma correspondência direta entre o desenvolvimento do capitalismo rumo à industrialização e, conseqüente aumento da pauperização e o surgimento de ações fundamentadas no processo de controle das lutas de classes, que, posteriormente dariam origem às políticas sociais, galgadas na solidariedade, atuações filantrópicas e voluntárias.

A revelação abalizada de que uma dramática pobreza<sup>2</sup> convivía com uma produção de riquezas sem precedentes, promoveu crescente agitação em todas as classes sociais. Os trabalhadores fortaleceram a sua organização em torno de reivindicações, resultando em um avanço considerável na área dos direitos sociais, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930<sup>3</sup>. No entanto, esses direitos se restringiam a uma parcela específica da população, os trabalhadores assalariados, sendo essa, a condição de acesso aos direitos sociais

---

<sup>2</sup> Trataremos essa “dramática pobreza” enquanto resultante da dinâmica de expansão capitalista consolidada na expropriação do trabalhador e intensificação do processo de acumulação, e conseqüente aumento da pobreza.

<sup>3</sup> A lógica da assistência social no Brasil tem seu início a partir das concessões a setores específicos da sociedade, ainda na fase da República Velha. Nesse sentido, paralelamente às constantes repressões, a assistência social era utilizada enquanto forma de barganha pelos políticos em relação ao proletariado, principalmente os trabalhadores mais ligados ao Estado e infraestrutura. A partir da formação do seguro social, tem-se a criação da previdência social, pautada no modelo Bismarckiano, nascido na Alemanha no século XIX, condicionado a contribuições dos trabalhadores. No Brasil, o marco inicial da política previdenciária se dá partir da Ley Eloy Chaves de 1923. Essa lei se origina com a iniciativa de empresários do setor das ferrovias, num modelo de seguro social por empresa, criando uma medida de proteção a grupos específicos de trabalhadores com a formação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's), medida previdenciária supervisionada pelo governo e financiada pelos trabalhadores e empregadores. A partir da década de 1930, há uma acelerada expansão do seguro social, passando a ser parte de uma política global do Estado, abrangendo agora as Categorias profissionais, formando um regime corporativista, não mais as empresas individualmente. Surgem os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's), formadas a partir da unificação das CAP's. Essa instituição é fortemente marcada pela diversificada estrutura administrativa e sua vinculação ao Ministério do Trabalho através do sindicalismo corporativista da época. As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela ditadura Vargasista, havendo nesse período um momento de reorganização e enquadramento da classe trabalhadora, mas, em contra partida uma conjuntura de reanimação do movimento operário e desgaste da ditadura da base social do estado novo, resultando na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

disponíveis. Assim, os direitos sociais se restringiam aos trabalhadores assalariados, na forma de política contributiva.

No Brasil, a política social se desencadeia entre os anos de 1930 e 1964, sendo, predominantemente, “concedida” por governos ditatoriais que se “apropriaram” das bandeiras de luta de há muito existentes entre os trabalhadores. Assim, ela não foi entendida como direito, sendo instituída como tutela e favor, o que acabou prejudicando sua efetivação nos momentos posteriores (CARVALHO e LEITE, 2011).

Nesse contexto, o Estado passa a tratar a “questão social”<sup>4</sup> no sentido de reprodução da classe operária e a institucionalização de políticas sociais como uma forma de integração das massas, sem interferir na questão social em si, criando uma estrutura corporativista de dominação e legitimação do sistema trabalhista, garantindo o processo de acumulação através da reprodução da força de trabalho, e contenção das massas. Enquanto isso, a pobreza e as questões que afligiam a população, resultado da expansão capitalista, eram entendidas e tratadas enquanto “casos de polícia”, como uma disfunção pessoal dos indivíduos, os quais eram encaminhados para asilos ou internação.

Podemos assim dizer, que dentro do sistema capitalista, o Estado se constituiu refletindo as conquistas dos trabalhadores através das históricas lutas sociais, confluindo com um projeto político e econômico de legitimação e acumulação de capital, em que ora era pressionado a incorporar demandas sociais no intuito de evitar a desestabilização do sistema, ora antecipa ações buscando evitar conflitos sociais.

Para maior compreensão, Montaño e Durigetto trazem o Estado,

Com funções voltadas tanto para coerção (garantindo os interesses da classe hegemônica) quanto para o consenso (institucionalizando e controlando o conflito e legitimando a ordem social), pois ele não pode se sustentar unicamente com o uso da força. Passa assim, o Estado, a ser

---

<sup>4</sup> A “questão social” aqui empregada é tomada como expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista e contrapõe-se a outras perspectivas, cujos argumentos centrais para a abordagem da “questão social” são as mudanças na forma de “solidariedade” ou “coesão social”. Nestas últimas “desaparecem” conexões essenciais que determinam esses fenômenos, como, por exemplo, seus fundamentos econômicos e históricos, o que, aliás, é bastante funcional a uma “naturalização” de suas expressões profundamente conectadas com a necessidade de afirmação da aparente positividade capitalista (SANTOS, 2012, p. 17).

permeado por demandas das classes trabalhadoras, assumindo também novas funções como estratégia de superação das crises, como mecanismo de diminuição da insatisfação popular e dos conflitos dela derivados, como instrumento para garantir ou retomar as taxas de lucratividade, em fim, como estratégia de consolidação, legitimação e desenvolvimento da ordem burguesa (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p. 144).

Nos anos que seguem de 1960, com os processos de rearticulação e reorganização popular, reivindicando melhores condições de vida e trabalho, o quadro político se modifica com o golpe militar, aumentando as tensões e as reivindicações sociais, paralelamente às repressões. É mister salientar que nesse período há uma expansão dos direitos/concessões vinculados à assistência social, em contrapartida à supressão de direitos políticos conjecturando de forma controversa ao período.

Dessa forma, o Estado permanecia funcional ao desenvolvimento capitalista/industrial, mas, incorporando reivindicações trabalhistas. Enquanto isso, as políticas sociais mantinham o seu caráter assistencialista e emergencial, usados para controlar a população e conter os movimentos de insatisfação e reivindicações sociais<sup>5</sup>.

## **2.2 Translado para esfera do direito: da Constituição Federal de 1988 ao Sistema Único de Assistência Social.**

No curso desse desenvolvimento histórico, a consolidação dos direitos sociais e os avanços na política de assistência social a partir dos marcos legais, a saber:

---

<sup>5</sup> Sobre isso, Mota (2010) nos traz com clareza que, “no Brasil, no trânsito dos anos 80 para a década de 90, as expressões de recorrência à sociedade civil estiveram sempre associadas a um projeto social de ampliação da democracia e da cidadania. O discurso da democratização do Estado e os novos arranjos institucionais decorrentes do pós-64 compõem o quadro em que se organizam e articulam os diversos movimentos sociais, os quais estiveram, em grande medida, submetidos à forte repressão e, portanto, tiveram imensa dificuldade em colocar-se como interlocutores em um campo institucional que os negava [...]”. Com efeito, a complexificação da sociedade e as suas novas formas de organização, medidas pelo contexto de crise e de Reforma do Estado, apresentam-se como realidade justificadora para a retórica da necessidade de mudanças na relação entre Estado e Sociedade. Particularmente no Brasil, no interior dessa relação, o que se constata é uma interpelação recorrente à sociedade civil para que esta, na condição de partícipe, colabore com o Estado na execução das políticas sociais. Este apelo à colaboração com o propósito de legitimar as ações estatais e integrar a sociedade à ordem dominante é uma das principais estratégias que se constroem para neutralizar os conflitos e apagar as diferenças de projetos societários (MOTA, 2010, p. 88, 89).



Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que colocam em pauta o reconhecimento da política de Assistência Social no âmbito do direito, aliado à garantia de benefícios e serviços, especialmente a partir da estruturação da oferta de serviços de proteção social, faz-se necessário elucidar e apreender os conhecimentos acerca da assistência social no campo da seguridade social<sup>6</sup>, enquanto forma de proteção social não contributiva, financiada pelo orçamento público e fundos de contribuição autorizados por lei.

Cabe salientar que a construção política da Assistência Social é uma construção recente no contexto da sociedade brasileira, tem seu marco no contexto da constituição brasileira dos anos 1980, a qual passa modificar o cenário da política de assistência no sentido de romper com os seus ranços assistencialistas e conservadores, e colocando em pauta o reconhecimento da assistência na lógica de uma política pública, marcada pela oferta de benefícios e serviços socioassistenciais.

Até 1988, a assistência social não era prevista como direito e ações assistencialistas eram efetuadas de forma pontual a desvalidos, indigentes, pessoas inaptas ao trabalho, as quais não faziam parte do orçamento público ou das responsabilidades do Estado. O sistema de proteção social brasileiro apenas se institui enquanto dever do Estado, política pública de caráter não contributivo<sup>7</sup> a partir da Constituição Federal de 1988, quando a assistência passa a constituir o tripé da seguridade social, junto com a saúde e a previdência social. Um marco legal nas transformações do perfil da assistência social, compreendendo um conjunto integrado de ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, assegurando os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

---

<sup>6</sup> Abalizada por Mota (2010), “o processo histórico de desenvolvimento da Seguridade brasileira ampara a assertiva ao indicar como a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou medidas relacionadas à proteção social para legitimar-se. São indicativas, as da era Vargas, a expansão de políticas na ditadura militar e, mais recentemente, os governos FHC e Lula” (p.135).

<sup>7</sup> A característica de não contributiva quer dizer que não é exigido pagamento específico para oferecer a atenção de um serviço. O mesmo ocorre no atendimento em uma unidade básica de saúde ou em uma escola. O acesso é custeado pelo financiamento público, cuja receita vem de taxas e impostos. Assim, os custos e o custeio são rateados entre todos os cidadãos. A proteção social não contributiva significa que o acesso aos serviços e benefícios independe de pagamento antecipado ou no ato da atenção (SPOZATI, 2009).

Em seção específica para a assistência social, inúmeros avanços podem ser percebidos nos textos constitucionais, regulamentando a gratuidade e universalização da política, se caracterizando enquanto avanço significativo no rompimento com o caráter individualista e segmentado adotado até então.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Como estamos nos referindo a um processo – a passagem histórica de uma assistência social “apadrinhadora” para uma que promove a garantia da proteção – dizendo isto é interessante vincular e saturar a política de Assistência Social de elementos contextuais e atrelados à formação das condições de vida na sociedade brasileira, ou seja, “impossível uma leitura da assistência de per si, sem atentar para as determinações sociais e históricas do significado da assistência como política governamental, de sua imbricação com as relações de classe e destas com o Estado” (SPOSATI et al, 1998, p. 25 apud PIEDADE, 2014, p.24).

Essa mudança constitui verdadeira revolução no campo da proteção social brasileira, alterando paradigmas históricos, concepções, legislações e diretrizes. É o

início do rompimento com uma cultura conservadora habituada a mecanismos paternalistas, clientelistas, numa cultura da pobreza, da caridade e da benemerência.

Assim, a condição de política pública, direito do cidadão e dever do Estado, retiram a Assistência Social do campo da benemerência, do dever moral e do assistencialismo para o dos direitos sociais.

Desse modo, pertencendo ao rol da seguridade social, a política de Assistência Social se torna parte de um sistema mais amplo, em que a sua articulação com as demais políticas se torna indispensável, interligando-as e condicionando políticas sociais governamentais, potencializando seu alcance e efetividade.

Os anos que seguem a promulgação da Assistência Social pela CF de 1988 são ainda permeados por lutas sociais de movimentos organizados, buscando coletivamente a materialização dessa política. Em 1990, o Projeto de Lei n.º 48 que dispunha sobre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), após passar por várias críticas e embates na Câmara Federal, é vetado pelo então Presidente Fernando Collor de Mello.

Essa relutância no processo de regulamentação da política de Assistência Social evidencia o movimento de afirmação e negação que a permeia, assim como a morosidade perpassada em todo o seu processo de constituição.

Nesse bojo, a aprovação da LOAS ocorrerá em 07 de dezembro de 1993, dispondo sobre a organização da Assistência Social e reafirmando o exposto no art. 203 e 204 da CF 1988. Assim, dá-se início à estruturação da política de assistência, assentada nos princípios da descentralização e da participação social, bem como à progressiva ampliação de seu papel no âmbito das condições de vida da população, com a criação de programas e benefícios, tais como Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (Governo Lula), visando enfrentar a desigualdade e condições de vulnerabilidade e violação de direitos.

Há neste instrumento legal, um esforço de articulação das políticas, que se tinha de forma fragmentada. “A LOAS inovou ao apresentar novo desenho para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo [...] inovou também ao propor o controle da sociedade na formulação, gestão e execução das

políticas assistenciais” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 56), assim como na instituição dos conselhos, planos, fundos e conferências de Assistência Social, incitando a participação popular, e estabelecendo pré-requisito para o financiamento da política.

Estes acontecimentos se dão dentre avanços e retrocessos nas conquistas, configurando dessa forma, a fragmentação das políticas assistenciais e personificação de programas de combate à pobreza. Evidenciando essa questão, temos como exemplo o Programa Comunidade Solidária<sup>8</sup> instituído pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), na década de 1990.

Mesmo após a promulgação da LOAS, o então Presidente da República coloca este programa como fundamental para o enfrentamento da pobreza, utilizando instancias da sociedade civil na responsabilização e provisão da proteção social, ignorando todo o processo de luta em prol da materialização da LOAS pautando as políticas assistenciais de forma fragmentada, configurando-se enquanto um retrocesso.

Essas práticas governamentais ainda arraigadas pelo patrimonialismo<sup>9</sup> histórico, pela benemerência, dificultam a afirmação e consolidação da política de Assistência Social enquanto direito e, mesmo com as regulamentações da LOAS, práticas de caráter assistencialista, a partir de relações mediadas pelo favor são recorrentes na política.

Considerando a trajetória recente da Assistência Social, sua institucionalização necessita de grande reforço regulamentar, tendo em vista a formação de uma concepção da Assistência Social como política pública não contributiva, forjada nos moldes do sistema capitalista, e contraditória a este.

Sendo assim, em 2004 após e durante grandes debates pelos sujeitos sociais na perspectiva de formular e confirmar ainda mais esta política “como um pilar do

---

<sup>8</sup> O modelo de intervenção social promovido pelo Comunidade Solidária caracterizou-se por uma ação residual e emergente centrada na transferência de renda para a população pobre e no “solidarismo” da sociedade civil (ou melhor, do Terceiro Setor). Autores como Yazbek (1996), Montañó (2003) e Silva (*et. al.*, 2001) entendem que o Programa pautou-se pela agenda neoliberal, culminando na estratégia de focalização, na descaracterização da assistência social enquanto direito social, na diminuição do papel do Estado no combate à pobreza e no estímulo ao crescimento do Terceiro Setor. (TESSAROL; KROHLING, 2011, p.82).

<sup>9</sup> Entendo aqui o patrimonialismo, enquanto o trato da coisa pública pela autoridade privada, “a recepção conceitual do patrimonialismo, como uma prática social que não estabelece diferença entre a esfera pública e a particular na vida política”. (NETO, s/a, p. 206).

Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (PNAS, 2004), instituiu-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A partir da materialização desta política, é possível pensar numa gama de serviços de Assistência Social regulamentados, divergindo da antiga configuração precarizada e pontual dos serviços.

Essa inauguração torna possível pensar em um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possibilite a sistematização e operacionalização eficaz da política, chegando de forma mais coerente às diversas realidades, garantindo a integralidade dos serviços e atuando enquanto instrumentos de resistência contra o direito que se expressa como assistencialismo, em meio a conjuntura neoliberal<sup>10</sup>.

A PNAS (2004) explicita e elucida as diretrizes para a efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiado em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais.

Além de delinear o papel de cada ente federado (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) na efetivação da política de Assistência Social, a PNAS traz uma proposta de gestão descentralizada, materializada nas conferências, comissões compartilhadas e conselhos; reconhece as demandas setoriais e segmentadas, buscando perceber as desigualdades socioterritoriais; propõe a regulamentação dos artigos 2º e 3º da LOAS “para que se identifiquem as ações de responsabilidade direta da assistência social e as em que atua em corresponsabilidade” (BRASIL 2004, p. 14); e, ressalta o processo de avaliação, monitoramento e informação como fundamentais para a política de assistência social.

Com relação ao princípio da descentralização, pautado no pacto de responsabilidade compartilhada entre os entes federados, a LOAS em seus artigos (12 a 15), estabelece as competências político-administrativas dos entes federados, nas esferas (municipal, estadual e federal). Cabendo ao Governo Federal, elaborar as normas gerais da política de assistência social; financiar o Benefício de Prestação

---

<sup>10</sup> Tomando por Almeida e Alencar (2011), esse modelo se caracteriza pela “[...] restrição dos direitos sociais e precarização das condições de trabalho, ampliação do trabalho desprotegido, a redução da ação pública no campo da proteção social, o fenômeno de refilantropização das ações institucionais de enfrentamento das desigualdades sociais e a subordinação da prestação dos serviços sociais à lógica mercantil” (p. 130).

Continuada (BPC); e, complementar as ações dos Estados e dos Municípios em casos de emergência. Aos Estados cabe complementar as ações dos Municípios que o compõe, contribuindo com o custo do pagamento dos auxílios natalidade e funeral; apoiando técnica e financeiramente os serviços, os projetos e os programas de enfrentamento da pobreza bem como atender aos Municípios em situações de emergência. Por fim, aos Municípios e o Distrito Federal recai a responsabilidade de destinar recursos financeiros e efetuar os pagamentos dos benefícios eventuais; executar projetos, atender as ações de caráter emergencial e prestar os serviços da rede SUAS.

É necessário que atentemos para a proposta de modelo de gestão descentralizada, percebendo que, ao tempo de uma maior aproximação popular nas deliberações, principalmente através dos conselhos, vale ressaltar o quão frágil pode ser esse processo se percebido a perspectiva de uma crescente participação das entidades não governamentais<sup>11</sup> no campo da promoção à assistência social.

Frente a esse quadro de reorganização do acesso à assistência social, é pertinente a reflexão acerca da privatização e mercantilização de serviços, como planos de saúde e o sistema previdenciário complementar, sendo essa tendência,

“indicativa do modo como o Estado, no leito do pensamento neoliberal, racionaliza o atendimento às demandas por proteção social [...] expulsa do acesso público os trabalhadores médio-assalariados, em face do sucateamento dos equipamentos, serviços e da redução de benefícios; e, sob o argumento da equidade, advoga a inclusão de novas frações da população. Seus rebatimentos recaem tanto na ampliação da Assistência Social como na redefinição das políticas de Saúde e Previdência [...]” (MOTA, 2010, P. 183).

Dessa forma, corroborando com Carvalho (2008), “em que pese o reconhecimento legal da assistência como direito e a atribuição da primazia da responsabilidade na condução da política de assistência ao Estado [...]” (p. 34), é pertinente a reflexão sobre a relação de parceria público/privado entre as entidades

---

<sup>11</sup> Tomamos entidades enquanto “[...] instituições privadas, sem fins lucrativos, pertencentes ao denominado “terceiro setor”, que prestam atendimento e assessoramento, bem como atuam na defesa e garantia de direitos, do público alvo da assistência social, conforme disposição expressa do artigo 3º, Lei nº 8.742/ 1993 – LOAS. Tais instituições quando, preenchendo os requisitos legais passam a possuir o CEBAS, são denominadas de “entidades beneficentes de assistência social” (intituladas anteriormente à MP 2.187- 13/2001 de entidade de fins filantrópicos)” (CARVALHO, 2008, p. 33).

assistenciais, para que não haja incoerência em retrocesso das conquistas, recaindo na refilantropização das políticas sociais.

No entanto, frente ao desafio de enfrentar a questão social, a descentralização permitiu o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação. No entanto, a compreensão de que a gestão democrática vai muito além de inovação gerencial ou de novas tecnologias é bastante limitada neste país. A centralização ainda é uma marca a ser superada. Junto ao processo de descentralização, a Política Nacional de Assistência Social traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração (PNAS, 2004, p. 14).

Dessa forma, é a PNAS que fundamenta, orienta e determina papéis para implementação do SUAS no Brasil, regulamentado através da NOB/SUAS (2005/2012). Esse Sistema Único caracteriza-se enquanto o resultado dos diversos debates que ocorreram no Brasil e na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, envolvendo diversos atores sociais, deliberando a imediata formulação e implementação do SUAS, fundamentada na necessidade de uma maior articulação da política frente ao cenário de avanços e retrocessos, de reajustes neoliberais, privatizações de empresas e serviços públicos, etc.

O SUAS possibilita “a articulação e operacionalização dos programas, benefícios assistenciais, projetos, a hierarquização dos serviços: proteção social básica<sup>12</sup>, proteção social especial<sup>13</sup> de média e de alta complexidade, levando em consideração o porte dos municípios”. Esta definição tem por objetivo a proposição

---

<sup>12</sup> A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 33).

<sup>13</sup> A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p.92).

de políticas de acordo com o perfil dos municípios, “a realidade local, regional, o porte, a capacidade gerencial de arrecadação dos municípios, e o aprimoramento dos instrumentos de gestão” (BRASIL, 2004, p. 46). Nessa perspectiva, objetiva um maior alcance e maior efetividade da política frente aos programas e projetos operacionalizados pela assistência.

Através do SUAS, a política se coloca na contramão do clientelismo enquanto instrumento de superação das ações padronizadas e segmentadas das práticas assistenciais, sendo,

[...] um novo modelo de gestão, por um lado representa a possibilidade de concretizar o proposto pela LOAS de uma gestão descentralizada, com comando único em cada esfera governamental, capaz de assegurar, efetivar direitos de cidadania e inclusão social, por outro enfrenta um duplo desafio de romper com a cultura do assistencialismo, do clientelismo com base nas relações de favor e de se contrapor a reforma do Estado em andamento que afirma as antigas práticas políticas, considerando a lógica estatal de desresponsabilizar-se de suas funções em relação as políticas públicas no sentido de privilegiar o mercado e por meio dele o processo de acumulação capitalista (LAJÚS, s/a, p. 175).

O SUAS vem retomar a centralidade do Estado na garantia dos direitos socioassistenciais, prevendo a existência de serviços estatais como articuladores desta política. Esse movimento se caracteriza enquanto contrário ao desencadeado na reforma do Estado<sup>14</sup>. Ao invés de reduzir, tem ampliado a ação do Estado na participação da política social.

Podemos assim dizer, que a implementação do SUAS<sup>15</sup> no Brasil está diretamente relacionada à ampliação da capacidade do Estado em efetivar a esfera

---

<sup>14</sup> “As transformações societárias, decorrentes da crise dos anos 70 do século XX, marcada por uma profunda recessão, respondem por um conjunto de medidas adotadas como tentativa de superação da mesma. Isso se deu com a conjugação de dois processos: um, a reestruturação produtiva, e o outro a adoção de uma agenda neoliberal de Reformas do Estado, dotando este de um novo padrão de intervenção social. Este processo é responsável por um redirecionamento do papel do Estado, que ao invés de políticas sociais públicas, que garantam a reprodução da força de trabalho, adota a perspectiva do *Estado mínimo para o social e máximo para o capital*, tendo este como pressuposto a desregulamentação da força de trabalho, associada a uma desresponsabilização perante a “questão social”. Esse processo de transformação do padrão de intervenção do Estado na “questão social” da origem a um tipo de intervenção que preconiza a participação do chamado *terceiro setor* ou de parte da sociedade civil” (MOTA 2010, p.167, 168).

<sup>15</sup> Somente com a implantação do SUAS em 2005, que a política adquire “[...] institucionalidade nos territórios, passando a alcançar a população com a oferta de serviços e programas, e ampliando sua efetividade no campo dos benefícios. Para efetivar sua oferta, fazia-se necessária a instituição de unidades públicas, o fortalecimento dos recursos humanos, a organização de uma sistemática de



pública da assistência social, promovendo a expansão e qualificação dos níveis de organização e participação dos espaços de controle social.

No entanto, a implementação dos equipamentos do SUAS não garantem a materialização dos princípios e diretrizes que o norteiam, havendo por tanto a necessidade em se adensar a discussão sobre “os serviços, a estrutura, os acessos, os processos de qualificação e avaliação, as interfaces e o controle social, o que, sem dúvida, pode ser qualificado por subsídios oriundos de processos investigativos e de avaliação da gestão do próprio sistema”. (COUTO, 2009; p. 207).

### **2.3 A política de Assistência Social em São Félix – BA**

Antes de adentrar as especificidades do processo de construção e consolidação da Política de Assistência Social do Município de São Felix, é necessário apreendermos os processos de formação da própria cidade, entendendo a sua concepção e consolidação histórica.

Esses ensaios iniciais se caracterizam por entender que a concepção do território envolvido pela política, é um instrumento essencial tanto na implantação e prestação dos serviços e benefícios, quanto para os avanços conseguintes da política. Para tanto, essa é uma apreensão necessária na compreensão dos processos formativos da política. Entender a partir da história, população, disposição geográfica, as especificidades e particularidades do nosso objeto, bem como atentarmos aos processos econômicos e sociais de formação, assim como elucidar as suas raízes históricas.

Em relação ao território, segue dados referentes ao Censo do IBGE (2010), encontrado no RI da Proteção Social Básica.

**Quadro 1** – Dados gerais do município

Dados Gerais - Referência: março de 2015	
Área territorial do Município (Km²)	96
População Censo 2010	14.098
Porte do município segundo o Censo 2010	Pequeno I
Nível de habilitação do município no SUAS	Básica

Fonte: Relatório de Informações da Proteção Social Básica. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>

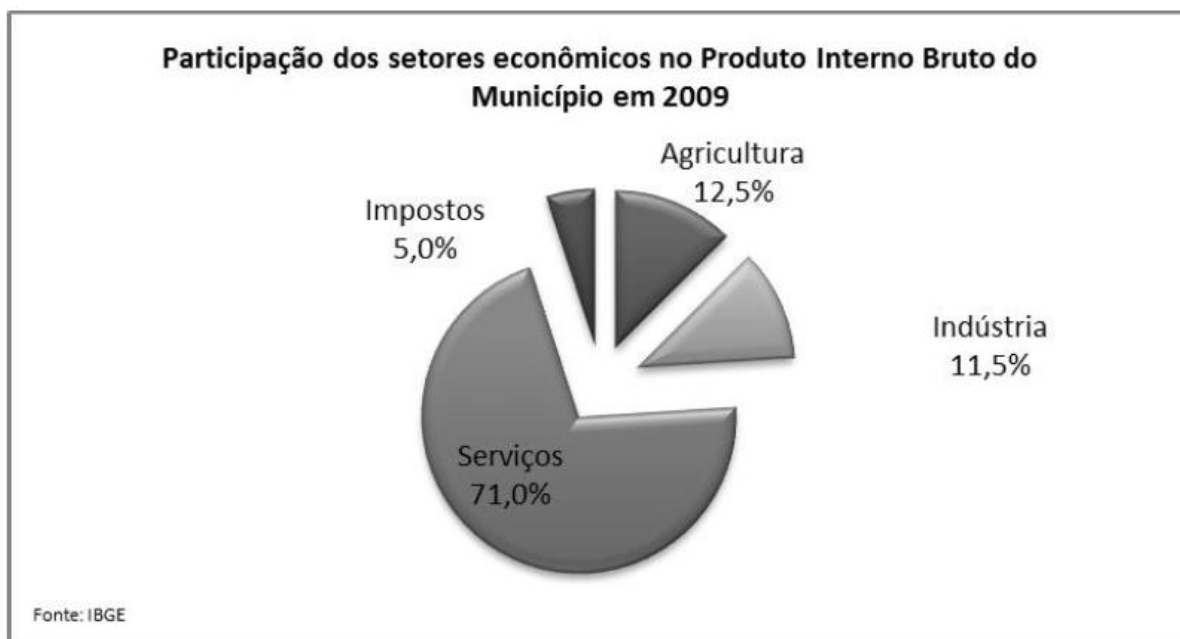
Consolidada às margens do rio Paraguaçu, parte da composição da mesorregião do Recôncavo Baiano, a cidade de São Felix traz em seu percurso histórico, além das marcas de iniciativa evangelizadora do processo de colonização, inicialmente aldeada por Índios Tapajós, a herança escravocrata e processos de exploração e precarização do trabalho na região. A construção da identidade do Recôncavo é marcada pela sua abrangente população de escravos, que vinham trabalhar nos diversos engenhos, e aqui constituíam família.

Os vestígios destes períodos de precarização e exploração refletem sob a população do recôncavo, expressando-se na desarticulação social potencializada pelo processo de reprodução capitalista, responsável por excluir grande parte da população dos serviços e riquezas sociais. Dessa forma, o processo de implantação dos serviços, programas e projetos sociais vinculados à política de assistência social, constituem papel fundamental na intervenção e redução dos riscos sociais, fruto dessas intensificações históricas<sup>16</sup>.

A economia do município é sustentada prioritariamente na geração de renda oriunda dos serviços e da agricultura, como evidenciamos no gráfico que segue:

<sup>16</sup> O presente parágrafo se apoia nas leituras do relatório de estágio de Diego da Conceição Piedade, fruto do seu processo de estágio no CRAS do Município de São Félix- BA.

**Imagem 1:** participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município



Fonte: Diagnóstico Socioterritorial de São Félix- BA.  
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

O ano de 2006 representa o início de grandes avanços para as políticas socioassistenciais do Município de São Félix – Ba, pois, dentre outros aspectos relevantes, foi instituída a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). O município se credenciou na Gestão Básica e, a partir disso, houve a implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o que se configura enquanto resultado de vários processos que envolvem os mais diversos atores sociais, tanto em nível municipal quanto em nível nacional.

No cenário nacional, temos neste período, o processo de reconfiguração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Estes estão em processo de discussão da gestão das políticas assistenciais e prioriza-se o investimento em recursos humanos enquanto fundamentais no processo de consolidação da política de assistência. Neste mesmo ano, 2006, houve a publicação da NOB-RH/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Até o período de 2006 a cidade de São Felix não tinha Secretaria de Assistência Social nem Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Nessa

conjuntura, os serviços socioassistenciais disponibilizados pelo município eram viabilizados por meio da Secretaria de Saúde. Situação que se modificou a partir do referido ano, com a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social e do CRAS do município.

O processo de implantação desses equipamentos da política de assistência no município se constituiu via diagnóstico social e seguida criação e aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Então, a partir de 2006, São Félix passou a ser um município habilitado à Gestão Básica, o que significa dizer, que passou a organizar a sua Política de Assistência Social, com foco nas ações de atuação básica aos cidadãos, visando assegurar a proteção social aos seus usuários. A rede de serviços socioassistenciais ganha autonomia e independência, centrando o atendimento aos usuários da assistência, nos espaços próprios da política; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) em 2006 e o CRAS em 2007. Vale lembrar que, em relação ao espaço físico do CRAS, o Ministério do Desenvolvimento Social propõe que o espaço expresse a cultura local, na perspectiva de incitar o sentimento de pertencimento da comunidade aos serviços do CRAS.

Segundo o censo de 2014 do IBGE, a cidade de São Felix conta com uma população de 15.049 habitantes, disseminados em região urbana e rural, com forte desempenho econômico de agricultura. Dessa forma, a cidade considerada de Pequeno Porte I, por se tratar de um município com menos de 20.000 habitantes. Devido a essa questão, o município não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS. As demandas relacionadas à Proteção Social Especial de média e alta complexidade são tratadas no CRAS do município e/ou na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A seguir, o quadro 2 nos apresenta parte da realidade social do município a partir de distribuição geográfica, transferência do Tesouro Nacional pro Município e média de população em situação de extrema pobreza.

**Quadro 2 – Informações sociodemográficas**

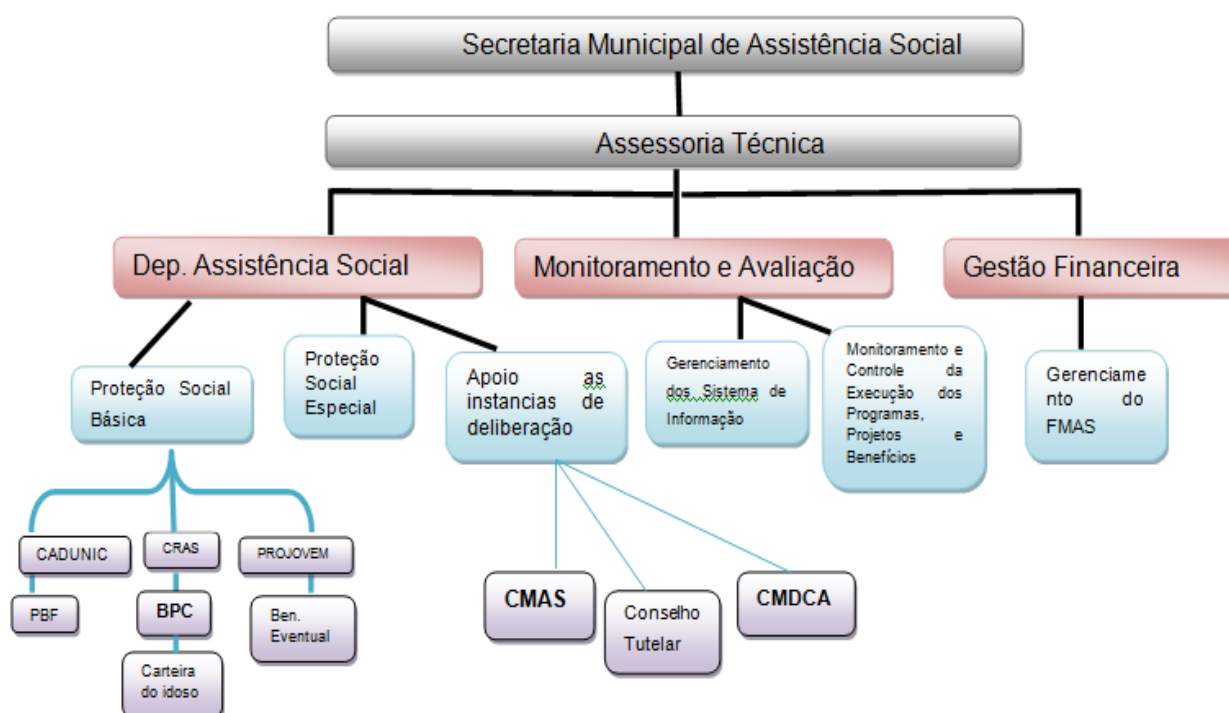
Informações Sociodemográficas			
Área Total	95,50		
Média de Pessoas por domicílio segundo o Censo IBGE 2010	3,8		
Porte do Município	Pequeno Porte I		
<b>Transferências do Tesouro Nacional</b>			
	<b>Repasse do Mês</b>	<b>Repasse no Ano</b>	<b>Referência</b>
Total repassado pelos fundos (FPM, ITR, IOF, LC 87/96, LC 87/96 - 1579, CIDE, FEX, FUNDEB)	1.713.674,36	3.174.456,44	02/2015
<b>População em situação de extrema pobreza por faixa etária</b>			
	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
População Total do Município (Censo IBGE 2010)	9.265	4.833	14.098
População com renda per capita abaixo de R\$ 70,00	1.099	1.782	2.881
<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>		
0 a 4	259		
5 a 14	631		
15 a 17	224		
18 a 19	122		
20 a 39	1.004		
40 a 59	516		
65 ou mais	125		
<b>Total</b>	<b>2.881</b>		

Fonte: Relatório de Programas e Ações MDS.  
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

No processo de gestão, operacionalização e descentralização das políticas socioassistenciais e na consolidação do SUAS, a Secretaria de Assistência social assume um papel fundamental gerindo a política no município. Dessa forma, é importante compreendermos o organograma da instituição e apreendendo como está constituída hierarquicamente, o que nos possibilitará uma percepção mais ampla do funcionamento da política no Município. Como podemos observar no Organograma abaixo, o Conselho Municipal de Assistência Social<sup>17</sup> aparece enquanto apoio às instâncias deliberativas juntamente com as demais instituições, ou seja, não aparece enquanto também gestor das ações, em igual grau de hierarquia do/a Secretário/a, ao passo que a assessoria técnica é que se iguala, no organograma, em nível de hierarquia organizacional.

<sup>17</sup> Sobre a atuação do Conselho de Assistência Social no Município, faremos inferências no decorrer do trabalho.

**Imagem 2-** Organograma da Secretaria Municipal de Assistência Social<sup>18</sup>



Sinalizamos nesse momento a presente desarticulação do CMAS do município, impactando diretamente nos processos de fiscalização e monitoramento, refletindo na execução dos serviços ofertados pela política. Tal desarticulação é evidenciada na fala da entrevista 2:

[...] eu acredito que o conselho, que é quem tem o papel de monitorar, devia ser capacitado pra isso, por que no meu olhar, o pessoal diz: ô eu vou te colocar no conselho. Para isso eu teria que entender muito mais o que é o conselho, qual é o meu papel, por que hoje eu já tenho uma noção das problemáticas do município por estar trabalhando *na Proteção Social*<sup>19</sup>, mas eu enquanto sociedade civil não teria essa noção, e existem cinco pessoas no conselho que são da sociedade civil, que não tem noção do que é que acontece e estão no conselho. Então como é que o conselho que é quem vai avaliar, quem vai monitorar, quem vai vigiar não sabe, tá voando [...]

A composição do atual Conselho não pôde ser percebida, bem como o processo de formação e legitimação dos atuais conselheiros, situação firmada nas

<sup>18</sup> O presente organograma se embasa na caracterização de campo de Ezilda Ferreira Barreto, realizada em seu processo de estágio na Secretaria de Assistência Social do Município de São Félix, sendo essa estrutura mantida até o momento de realização desse trabalho.

<sup>19</sup> O termo proteção Social foi usado no intuito de preservar a confidencialidade e o sigilo da identidade do(a) profissional em relação ao seu ambiente de trabalho.

falas da entrevista sobre os processos de eleição dos conselheiros, afirmando “do tempo que eu to na Proteção Social, não tem. As reuniões do conselho são realizadas na secretaria, não tem participação na câmara dos vereadores, a sociedade não fica sabendo que vai existir uma eleição” (entrevista 2).

A partir das falas, inferimos a necessidade de articulação do CMAS do Município, bem como da canalização de investimentos e recursos para a capacitação dos Conselheiros Municipais, o que potencializa a fiscalização e a compreensão da Política Social a partir da importância do papel dos Conselhos para o melhor desempenho da Política. Vale ressaltar a responsabilidade de aprovar/reprovar, fiscalizar, deliberar sobre o Plano Municipal de Assistência Social, bem como acompanhar e fiscalizar a execução financeira do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e o caráter deliberativo atribuído a esse ente. Um conselho atuante e ciente das suas atribuições, potencialidades e “poder” deliberativo vem a ser uma importante estratégia no planejamento e concretização da Política Social do Município.

Nesse sentido, podemos inferir sobre o “despreparo dos conselheiros representantes governamentais e, o que é mais grave, insuficiência de poder de decisão para votar pontos da pauta, não podendo encaminhar negociações ou acordos e em muitos casos se abstendo do debate. (PAZ; 2009, p.27).

O financiamento da Política Assistência Social é previsto no artigo 195 da CF de 1988, atribuindo responsabilidade de financiamento por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa proposta é reafirmada na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, em seu artigo 6º, há a orientação necessária para a gestão da política de Assistência Social de forma descentralizada e participativa. Por fim, o artigo 28º reforça o exposto na CF de 1988:

O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nessa lei (LOAS) far-se-á com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições previstas no art. 195 da Constituição Federal, além daqueles que compõe o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) (BRASIL, 1993).

Mediante a premissa acima citada, o financiamento da política de Assistência Social do município de São Félix-Ba é feito a partir da coparticipação entre Governo

Federal e Municipal, e é gerido pelo Secretário da instituição juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social. Para a gestão da Política, a Secretaria disponibilizou no Plano Plurianual 2014/2017, 6,052,940.56<sup>20</sup>, o valor orçado para a Assistência Social, que configura a colaboração do município para efetivação da proposta da Política Nacional de Assistência Social de descentralização e participação no processo de operacionalização da política.

Nos capítulos que seguem, buscaremos delinear outros aspectos do processo de efetivação e potencialização da Política de Assistência Social do Município de São Félix, buscando evidenciar o funcionamento, a oferta e garantia dos serviços e programas desenvolvidos no Município.

---

<sup>20</sup> Dado retirado do PPA 214/2017.



## **3 CAPÍTULO 2: EM DEBATE: A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EM SÃO FÉLIX**

Esse capítulo busca a aproximação do leitor com a temática da Vigilância Socioassistencial na Política de Assistência Social, através das principais normativas instituídas pelos documentos oficiais que regem a PNAS e os documentos produzidos pelo MDS. É parte do seu intento, apresentar também alguns conceitos, como de vulnerabilidade social, risco, avaliação e monitoramento, os quais tornam-se indispensáveis na compreensão dos processos de implantação da Vigilância Socioassistencial.

Em paralelo, buscaremos evidenciar os Programas, Projetos e Serviços desenvolvidos no Município, buscando articular as normativas que regem a sua oferta, e os desafios para a concretização das ações previstas nas regulamentações, considerando a importância dos processos de avaliação e monitoramento enquanto constituintes da Vigilância. As falas das entrevistas realizadas, começam a ganhar maior significado a partir das incursões desse capítulo, em que buscamos construí-lo em conjunto com as verbalizações dos sujeitos da pesquisa de campo.

### **3.1 O lugar da vigilância socioassistencial no SUAS**

Para que possamos compreender melhor a temática proposta, faz-se necessário uma aproximação com o conceito de vigilância social proposto pela política de saúde.

O modelo de vigilância socioassistencial proposto pela política de Assistência Social se assemelha ao conceito de vigilância utilizado pela política de saúde, desde o século XIX<sup>21</sup>. Assim, a estrutura do modelo do SUAS, inspirada no SUS, coloca-nos a possibilidade de importação desse conceito.

---

<sup>21</sup> Nesse período, “com o desenvolvimento das investigações no campo das doenças infecciosas e o advento da bacteriologia, surge a estruturação de ações que visam à promoção da saúde, antes mesmo da ocorrência das doenças. Essas novas práticas consideradas mais eficazes no controle das

Em síntese, pode-se inferir que a criação do sistema de Vigilância Social corrobora para que todos os objetivos do SUAS sejam alcançados, o que igualmente ocorre na saúde. A existência dos sistemas de vigilância (sanitária, epidemiológica ambiental e nutricional) possibilita à saúde garantia da “assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas” (Brasil, 1990). Enquanto que, na assistência social, a vigilância social possibilita elencá-la como política pública de monitoramento e prevenção de riscos, que a partir do diagnóstico territorial, possibilita a gestão dos serviços de acordo com a demanda e potencialidades da população. (SILVA, 2012, p. 76).

Analisando brevemente o conceito de vigilância na saúde atualmente, podemos perceber no processo de coleta de dados, análise e disseminação das informações analisadas para a população, grande similitude aos processos de Vigilância Social da Política de Assistência Social, que tem como responsabilidade principal a produção, sistematização e análise de informações territorializadas.

O desenho institucional da política de Assistência Social pauta-se no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Sistema descentralizado e participativo, apresentando-se enquanto possibilidade real da expansão dos direitos à proteção social não contributiva, e potencializando a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional, definindo e organizando os elementos imprescindíveis à execução da política de assistência social.

A vigilância socioassistencial é preconizada na PNAS, no entanto, adquire uma maior materialidade a partir da NOB/2012,

---

doenças, com destaque para a vacinação, alteraram a forma de organização de serviços e ações em saúde coletiva no país. (Brasil, 2005b). A partir de então, surge no campo da saúde pública o conceito de “vigilância”, definida como a “função de observar contatos de pacientes atingidos pelas denominadas doenças pestilenciais”. No Brasil, os termos utilizados em saúde pública com esse significado foram vigilância médica e, posteriormente, vigilância sanitária” (SILVA, 2012, p. 75, apud WALDMAN; ROSA, 1998, p. 16). A partir da década de 1950, o conceito de vigilância na saúde deixa de ser apenas no rol da observação do contato do paciente infectado, desenvolvendo acompanhamentos sistemáticos na comunidade, buscando o controle das doenças através de coletas de dados, “contudo, as ações de observação, monitoramento e controle de doenças até então se preocupava apenas em identificar causas de doenças transmissíveis e epidêmicas. Assim, a vigilância, nesse período, vai se organizando em torno da vigilância epidemiológica” (SILVA, 2012, p.74).

A Norma Operacional Básica do SUAS aprovada em 2012 – NOB 2012 – em seu artigo 1º afirma a Vigilância Socioassistencial como uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Essas três funções possuem fortes relações entre si, e em certo sentido, podemos afirmar que cada uma delas só se realiza em sua plenitude por meio da interação e complementariedade com as demais (BRASIL, Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, p.11).

A NOB vem trazer a importância da vigilância dentro da política social, equiparando-a, à proteção social e defesa dos direitos, o que é reafirmado na LOAS (2011) em seu artigo 2º

A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (...); II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Nesse fragmento nos aproximamos inicialmente das pretensões primeiras da vigilância por meio da análise da capacidade protetiva das famílias através do território, questão que trataremos mais adiante e adquire centralidade na discussão sobre os processos de Vigilância pautados nos indicadores e na avaliação e monitoramento.

Com isso, a proteção social dentro da política, deve atuar de forma preventiva e combativa às situações de risco social e pessoal, trabalhando com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e desenvolvendo as potencialidades do território.

A LOAS (2011) nos apresenta que a defesa dos direitos, elencada acima, “visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais”, para tanto, devemos compreender a importância e a necessidade de os cidadãos tomarem conhecimento acerca dos seus direitos, para que possam utilizar os espaços próprios de garantia e promoção de direitos sociais, como os Conselhos, as Ouvidorias, Centros de apoio Jurídico, Ministério Público, dentre outros.

Inferindo sobre a necessidade de uma maior participação da população no que tange a política, retomamos a entrevista 2 em narrativa sobre o Conselho, enfatizando a necessidade do envolvimento da sociedade nas tomadas de decisão, a necessidade em se fazer atores sociais e autores dos processos de gestão, monitoramento, avaliação, fiscalização e potencialização das Políticas. A verbalização que segue é enfática quanto a isso:

eu acredito que teria que ter uma equipe bem mais preparada, no conselho, com essa equipe fortificada que é a base, você vai tá cobrando do gestor, cobrando as ações, por que não tá tendo as coisas? por que não tá fazendo? Olha, o município o índice de tráfico tá aumentando, de homicídios tá aumentando, o maior numero desses homicídios é causado por menor de idade, então existe problemas, tá preocupante sim, mas quem é que tá cobrando? quem tá vigiando? As pessoas infelizmente não tem o entendimento sobre seu papel, como eu também não tinha, por que você vai pegando entendimento quando você começa a viver as coisas. A política. (Entrevista 2).

Dessa forma, busca-se a garantia e o acesso aos serviços ofertados pela rede socioassistencial de forma igualitária, fortalecendo a autonomia e os vínculos entre as famílias e indivíduos, incentivando o protagonismo nas ações por meio do desenvolvimento de potencialidades. Assim,

A LOAS define como entidades de organizações e defesa de direitos aquelas que prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente à defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, à construção de novos direitos, à promoção da cidadania, ao enfrentamento das desigualdades sociais, à articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de Assistência Social. (BRASIL, MDS, Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do BSM, p. 6-7).

Ademais, evidenciamos a Vigilância Social ou Socioassistencial enquanto potencializadora do funcionamento da Política Social. Embora a terminologia possa supor o caráter da vigilância de forma mais fiscalizadora, essa concepção se distancia da real função da Vigilância, no sentido de que esta deve se manter alerta buscando identificar “vulnerabilidade e risco social vivenciadas por família e indivíduos, traduzidas em conflitos familiares, violência, abandono, renda insuficiente para garantir a própria subsistência, entre outros tantos” (BRASIL, Diagnóstico, p. 54). Isto é, a Vigilância deve ser pensada enquanto um sistema que integra a política de monitoramento e possibilita instrumentalizar a gestão com informações

essenciais sobre a realidade, no sentido da elaboração de ações condizentes com as realidades apresentadas.

Desse modo, a Vigilância tem um caráter preventivo e proativo da política, buscando a diminuição dos agravos, das vulnerabilidades e riscos sociais, além de fornecer subsídios para estratégia de gestão da política, bem como um papel fundamental nos processos de planejamento, avaliação e monitoramento dos serviços socioassistenciais.

A ideia da Vigilância Socioassistencial e de direitos socioassistenciais vinculados à Assistência Social promove a defesa e compreensão de que a delimitação do campo da proteção social, focando seu caráter preventivo e de preservação extrapola a dimensão individual e o caráter compensatório e requer o vínculo da Assistência Social com o real, para afirmar a política enquanto dever do Estado e direito do cidadão à proteção social (BRASIL, 2013, p. 27).

Essas três funções da política de Assistência Social exercem uma relação intrínseca de complementaridade para efetivação da política de assistência social, construindo as referências para a organização dos serviços socioassistenciais e proporcionando “condições reais para a ruptura com a cultura do imediatismo, da focalização e da fragmentação, tão necessárias à Política de Assistência Social, e para a definição do campo específico da responsabilidade pública da Assistência Social” (RIZZOTTI; SILVA, 2013, p. 3).

Segundo as normativas<sup>22</sup>, a vigilância é apresentada na perspectiva do desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem à restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência.

A Vigilância Social refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidades sociais que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da

---

<sup>22</sup> Utilizamos para essa explanação o Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial organizado pelo MDS.

capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono, crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e ameaças, vítimas de preconceito por etnia, gênero, e opção sexual, vítimas de apartação sexual que os impossibilita sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência. Vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários (BRASIL, PNAS, 2004, p. 33).

Com o exposto, para que compreendamos melhor a vigilância, uma maior aproximação dos conceitos de “risco”, “vulnerabilidade” e “território” que são aplicados a essa área se fazem necessários, já que a concretização da vigilância ganha materialidade no âmbito do território.

Vale salientar, no entanto a complexidade e a ampla discussão sobre esses conceitos, para tanto, os limites desse trabalho se propõem a tratá-los segundo os documentos oficiais da Política de Assistência Social e documentos produzidos pelo MDS.

Seguindo essa perspectiva de análise, a NOB SUAS 2010, ilustra o risco enquanto a probabilidade ou iminência de um evento acontecer. É um conceito articulado com a disposição ou capacidade de se antecipar para preveni-lo ou, caso isso não seja possível, ao menos minorar seus efeitos. Constituindo situações de risco, a iminência ao desemprego, questões de segurança pública e violência urbana, riscos socioambientais relacionados a desabamentos e enchentes, etc.

Ainda concernente ao risco, a PNAS considera a iminência ou ocorrência dos seguintes eventos: violações de direitos, tais como situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia, etc. Fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, englobando famílias ou indivíduos em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas ou de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos em instituições de acolhimento; indivíduos dependentes submetidos à privação do convívio comunitário, ainda que residindo com a própria família.

Por sua vez, a vulnerabilidade é tratada enquanto situações que podem causar a exclusão social do sujeito, fazendo parte do processo de produção e reprodução das desigualdades sociais, assim como situações de discriminação e

segregação. Segundo o caderno de diagnóstico, “a vulnerabilidade não é só financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania”.

A NOBSUAS 2010 aponta que a análise das vulnerabilidades deve considerar, de um lado, a estrutura de oportunidades da sociedade e o grau de exposição dos sujeitos individuais ou coletivos aos riscos sociais em sentido amplo, e de outro, os ‘ativos’ materiais, educacionais, simbólicos e relacionais, dentre outros, que afetam a capacidade de resposta dos grupos, famílias e indivíduos às situações adversas.

Embora os conceitos de vulnerabilidade e risco sejam envoltos de abstração, os indicadores são a melhor forma de retratá-los e quantificá-los. Nesse caso, são muito utilizados os indicadores de saúde, de educação, trabalho infantil, de mercado de trabalho, infraestrutura, segurança pública, renda e desigualdade social, etc. nesse sentido, identificamos os indicadores sociais enquanto instrumentos de potencial relevância nos processos de desenvolvimento e aprimoramento dos serviços socioassistenciais, tendo em vista a possibilidade de se vislumbrar um cenário social e territorial mais diversificado e amplo no tocante às suas características constituintes.

Para além dessas categorias, os indicadores sociais são instrumentos muito importantes no processo de monitoramento e avaliação<sup>23</sup> da política de assistência social, concebendo-os enquanto constituintes de um aparelho mais complexo, que retrata fenômenos multidimensionais, tomando a realidade enquanto dinâmica, complexa, permeada de dimensões diversificadas, requerendo assim, uma reflexão detalhada sobre os elementos que compõem cada dimensão.

A vigilância vem trazer para a Política de Assistência Social novas possibilidades e novos olhares ao mensurar e quantificar a realidade social dos municípios, oferecendo subsídios para intervenções mais efetivas e direcionadas às vulnerabilidades e potencialidades territoriais, ampliando as possibilidades de materialização da política de Assistência Social através de perspectivas mais amplas

---

<sup>23</sup> Atentaremos a respeito do monitoramento e avaliação no decorrer do trabalho.

das demandas sociais e territoriais, percebendo as heterogeneidades existentes nos territórios. Assim:

[...] A apropriação da perspectiva territorial, na gestão de políticas sociais, pode se constituir num instrumento fortalecedor da democratização, pois permite o conhecimento objetivo das diferenças de acesso, a partir de condições concretas, principalmente, em contextos de desigualdade [...] (RIZOTTI; SILVA, 2013, p. 8).

Nessa perspectiva, o território assume um lugar estratégico tanto como base de organização do sistema, como para a leitura diferenciada da presença de vulnerabilidades face aos riscos sociais e fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimentos, à presença/ausência das políticas públicas e da precarização das condições de vida da população<sup>24</sup>.

Na apropriação do conceito de “território”, o caderno de orientações técnicas da vigilância social toma o conceito desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos,

[...] permite compreender a forma como as relações sociais se materializam num dado espaço. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida. Como consequência desta perspectiva, é necessário que *o território em si* também seja encarado como objeto de intervenção/atuação da política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos. (SANTOS, apud BRASIL, Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, p.14).

Nessa perspectiva, a heterogeneidade dos municípios que compõe o território brasileiro, e a necessidade de se conhecer esses territórios e suas especificidades e particularidades, bem como a heterogeneidade dentro do próprio município, propiciam evidenciar as formas de proteção e desproteção social em meio à diversidade populacional no território.

Para tanto, devemos ser cautelosos ao perceber a centralidade da dimensão territorial e a sua heterogeneidade, para que não tornemos esse importante instrumento da vigilância socioassistencial, um potencial estigmatizador de determinados espaços sociais, evidenciando a concepção e determinação da

---

<sup>24</sup> Ver caderno 3 do capacitaSUAS 2013.



pobreza por área territorial, anexando um caráter negativo àquela população e àquele território.

Para além dessas questões, é necessário incorporar ao nosso estudo uma visão de totalidade ao perceber e analisar as manifestações da vulnerabilidade social, atrelada a uma diversidade de fatores e processos históricos e sociais de negação de direitos, precarização do trabalho, isenção do Estado nas políticas de promoção de direitos, insuficiência na cobertura dos serviços e benefícios, dentre outros aspectos. Com isso, perceber que a “vigilância social pode refletir a proteção ou a desproteção social”, bem como a “[...] oferta de serviços sociais e a garantia das seguranças (direitos) de proteção social não dependem única e exclusivamente do território” (SILVA, 2012, p. 98). “[...] A apropriação da perspectiva territorial, na gestão de políticas sociais, pode se constituir num instrumento fortalecedor da democratização, pois permite o conhecimento objetivo das diferenças de acesso, a partir de condições concretas, principalmente, em contextos de desigualdade [...]” (RIZOTTI; SILVA, 2013, p. 8).

Essa visão de totalidade proporcionada pela vigilância a partir na análise do território, permite o desenvolvimento de capacidades e meios para conhecer, avaliar e intervir nas violações de direitos, riscos e vulnerabilidades sociais através da produção e sistematização de informações territoriais sobre o alcance e cobertura da Proteção Social.

Nesse sentido a Vigilância objetiva detectar a realidade concreta das famílias, o lugar onde vivem, situações de precarização, a produção, sistematização e a socialização das informações compiladas sobre o território, de forma a contribuir com a viabilização dos direitos sociais. Para isso,

- Produz e sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social, que incidem sobre famílias e sobre os indivíduos nos diferentes ciclos de vida;
- Monitora a incidência das situações de violência, negligência e maus tratos, abuso e exploração sexual, que afetam famílias e indivíduos, com especial atenção para aquelas em que são vítimas crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.
- Identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- Identifica a incidência de vítimas de apartação social, que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- Monitora os padrões de qualidade dos serviços de Assistência Social, com especial atenção para aqueles que operam na forma de albergues, abrigos,

residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários;

- Analisa a adequação entre as necessidades de proteção social da população e a efetiva oferta dos serviços socioassistenciais, considerando o tipo, volume, qualidade e distribuição espacial dos mesmos;
- Auxilia a identificação de potencialidades dos territórios e das famílias neles residentes. (BRASIL, Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, p. 12).

Tomando por base a PNAS e a NOB (2012), a Vigilância se organiza a partir de dois eixos estruturantes, são eles: a vigilância sobre os padrões dos serviços e a vigilância de riscos e vulnerabilidades.

O eixo da vigilância de riscos e vulnerabilidades busca identificar dentro do território, as situações de vulnerabilidade e risco familiar, bem como de violência e violações de direitos, o que significa dizer, que essa área da vigilância é responsável pela sistematização das informações referentes aos serviços, no que tange à sua qualidade, bem como sobre as vulnerabilidades e riscos. Para que essa sistematização ocorra com qualidade, as ações de monitoramento se fazem indispensáveis no processo. Dessa forma:

“[...] o monitoramento é importante não apenas pelo fato de que esses eventos repercutem sobre a demanda por serviços, mas sobretudo pelo fato de que manifestam graves situações que necessitam ser prevenidas e combatidas. Identificar os territórios com maior incidência, as variações no volume de ocorrências e o perfil das pessoas vitimadas permite aprimorar as ações de prevenção e de combate às situações, além de ações de aprimoramento dos próprios serviços responsáveis pelo atendimento das vítimas [...]” (BRASIL, MDS, p 17).

A sistematização dessas informações possibilita maior eficiência e eficácia na elaboração de estratégias que nortearão as ações protetivas. Vale destacar ainda, a utilização de informações diversas que compõem outras bases de dados, a saber:

Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico –, do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada – BPC, além dos dados populacionais produzidos pelo Censo Demográfico IBGE oferecem possibilidades concretas para produção de estimativas da demanda potencial por serviços e benefícios, que podem eventualmente ser conjugadas com outras informações produzidas pelas próprias equipes nos territórios. Da mesma maneira esse conjunto de dados e informações pode auxiliar desde já a identificação de famílias com alto grau de vulnerabilidade, permitindo concretizar a função de Vigilância Socioassistencial por meio de ações de busca ativa que viabilizem a inclusão destas famílias nos serviços socioassistenciais do SUAS (BRASIL, Orientações Técnicas da Vigilância Social, 2013, p.17).

Nesse sentido, a Vigilância deve ser percebida não somente enquanto análise técnica de instrumentos, mas principalmente pela sua função geradora de produtos, que criam padrões de referência para avaliação e monitoramento dos serviços ofertados, trazendo elementos que auxiliam a gestão da política no planejamento, na elaboração e execução dos serviços socioassistenciais, sendo fundamental para a cobertura e a qualidade dos serviços. Para isso, a Vigilância deve buscar estratégias para coleta de dados dos equipamentos da Proteção Social, possibilitando a criação de um panorama sobre a oferta e alcance dos serviços, procurando perceber as potencialidades dos municípios, o perfil dos usuários, a infraestrutura, etc.

Concomitante a essas ações, a proteção social é provedora de informações para a Vigilância, a partir da sistematização da prática profissional, da instituição de rotina de trabalho. Assim, a fidedignidade das informações disponibilizadas para a alimentação dos sistemas de informação<sup>25</sup>, são imprescindíveis para a criação de dados e estatísticas municipais, estaduais e nacionais que auxiliam no planejamento das ações do SUAS, bem como para o aprimoramento dos serviços prestados pelas equipes de referência.

Dessa forma, salientamos a importância da retroalimentação dos sistemas de informação, bem como dos equipamentos que fornecem as informações, possibilitando o uso dessas informações, processadas e sistematizadas, potencializando as ações protetivas do equipamento a partir do conhecimento mais detalhado e mais próximo da realidade do território.

Com isso, a materialização da vigilância possibilitaria uma real capacidade técnica e política para a formulação de projetos e ações condizentes com a realidade, assim como, o impacto dessas ações na oferta e alcance dos serviços socioassistenciais do Município. É preciso, no entanto ressaltar que a implantação da vigilância ainda é recente e incipiente, mesmo havendo a ampliação e orientações normativas para sua elaboração, ainda há resquícios de uma prática

---

<sup>25</sup> Vale mencionar aqui, alguns dos instrumentos utilizados na captação de informações para a criação de indicadores “Iniciativas como o Censo SUAS e a implantação do Registro Mensal de Atendimentos – RMA – têm contribuído para o monitoramento e ajudado a definir e compartilhar conceitos e entendimentos essenciais e para viabilizar a padronização de informações básicas relativas aos serviços socioassistenciais em todo o país [...]” (BRASIL, Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, 2013, p. 17).

assistemática, dificultando os processos de avaliação e monitoramento da Política, ações indispensáveis para a efetivação da vigilância.<sup>26</sup>

Essa prática assistemática de trabalho, se caracteriza enquanto um desafio a ser superado no processo de implantação da Vigilância Social na Política de Assistência Social, o que significa dizer, que é através da sistematização, dos registros e organização das ações cotidianas nos equipamentos que a Vigilância é viabilizada na Proteção Social. As informações que alimentam a vigilância e possibilitam a criação de indicadores, de diagnósticos, de relatórios, que possibilitam meios técnicos de conhecimento a cerca da população, do território, dos serviços, são informações captadas no dia a dia da prática profissional nos equipamentos da proteção Social, bem como de quais quer aparelho responsável pelos serviços socioassistenciais, e mesmo de outras Políticas.

A PNAS e o SUAS definem a Vigilância enquanto uma área específica vinculada à gestão, o que significa dizer, que a responsabilidade e o desenvolvimento da Vigilância Socioassistencial se dá no âmbito da gestão, através de equipe própria para a realização das atividades concernentes à Vigilância. Para tanto, a necessidade em efetivar um sistema de informação<sup>27</sup>, que interligue os serviços similares e complementares da política de Assistência Social, estabelecendo uma relação entre esta e as áreas de Proteção Social Básica e Especial, que são diretamente responsáveis pela alimentação dos sistemas do seu

---

<sup>26</sup> O governo federal, no ano de 2010, instituiu formalmente na SNAS/MDS uma área específica responsável pela Vigilância Socioassistencial. Dados do Censo SUAS 2012 apontam que a Vigilância Socioassistencial está instituída formalmente em apenas 6 estados, embora outros 12 estados declarem possuir alguma área que se responsabiliza “*de maneira informal*” pela Vigilância. No que se refere aos municípios, 30% afirmam ter instituído formalmente esta área, enquanto 34% declaram que a área está constituída “*de maneira informal*” e em outros 36% não existe nenhuma iniciativa de organização da área de Vigilância na estrutura da Secretaria de Assistência Social. (Brasil, Orientações Técnicas para a Vigilância Socioassistencial, p. 47).

<sup>27</sup> A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) é a unidade técnica-administrativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome responsável pelas ações de gestão da informação, monitoramento, avaliação e capacitação das políticas e programas do Ministério. A Secretaria desenvolve atividades que permitem ao MDS conhecer melhor o público-alvo de suas políticas, a lógica de intervenção de seus programas, os problemas e boas práticas de implementação de suas ações e, naturalmente, os resultados e impactos do esforço governamental na área do Desenvolvimento Social. Mais especificamente, a SAGI subsidia técnicos e gestores dos três níveis de governo – Governo Federal, estados e municípios-, envolvidos nas Políticas de Desenvolvimento Social, na gestão cotidiana e no aprimoramento de programas e ações do Ministério desenvolvendo ferramentas informacionais voltados à organização e disponibilização de dados na Internet, painéis de indicadores de monitoramento, pesquisas de avaliação e estudos técnicos específicos (BRASIL, MDS, Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/avaliacao-e-gestao-da-informacao>. Acesso em 08 de maio de 2015).

âmbito de atuação, através do fornecimento de dados sobre os atendimentos por elas efetuados.

No entanto, é imprescindível nesse processo, que as informações produzidas e sistematizadas pela Vigilância retornem para os equipamentos da Assistência, para que possam ser usados no aprimoramento da prática profissional, ampliação do conhecimento sobre o território, uma maior qualificação no processo de tomada de decisão e na oferta e execução dos serviços e benefícios, conferindo materialidade à Vigilância Socioassistencial.

Paralelamente, a produção de informação ganha sentido para a política e capilaridade na gestão quando se criam espaços concretos e rotinas de análise periódicas que permitam aos órgãos gestores, às equipes técnicas e à rede socioassistencial como um todo gerar fluxos de informação com caminhos de ida e volta, fortalecer a capacidade de registro e análise das equipes técnicas e gestoras quanto às demandas sociais, a sua própria (BRASIL, 2013, p. 39).

Diante do exposto, a verbalização proferida na entrevista 1 sobre os desafios e potencialidades da implantação da vigilância é vinculada diretamente ao exposto:

*Dentre os desafios que a gestão e os técnicos implantem esse departamento nas secretarias, é que realmente sejam alimentados dados reais, e avaliados com a equipe. Seria um excelente material para a elaboração do relatório de gestão, pra o planejamento, pro plano plurianual, pro plano de ação e pra realização de projetos. Mas é muito importante que essas informações retornem pro equipamento pra poder melhorar o trabalho*

Dessa forma, a adoção de sistemas informatizados nos moldes da gestão em rede, possibilita a materialização da vigilância de forma eficiente através da produção de índices territorializados das situações de vulnerabilidade pessoal e social.

Assim, um primeiro passo na implantação da Vigilância Socioassistencial é identificar as fontes de dados e informações já existentes nos territórios em que atua. As fontes de informação podem ser as mais diversas possíveis, indo desde uma série de aplicativos disponibilizados nacionalmente, como Cadúnico, CECAD, Censo SUAS, como informações coletadas pelos profissionais dos serviços em sua convivência com o território. ( BRASIL,

Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, p. 25, 26).

O processo de percepção bem como de sistematização dos dados territoriais está ainda caminhando para a concretização nos Municípios, bem como as demais ações concernentes aos processos de Vigilância. Cabe ressaltar que nem todas as informações utilizadas pela Vigilância Social são da gestão da Assistência Social. A construção dos indicadores sociais se materializa através da articulação em rede com as demais políticas (saúde, educação, previdência), órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dentre outros. Essa articulação de informações possibilita à equipe o cruzamento de dados, dando mais corporeidade e mais veracidade aos indicadores resultantes desse processo.

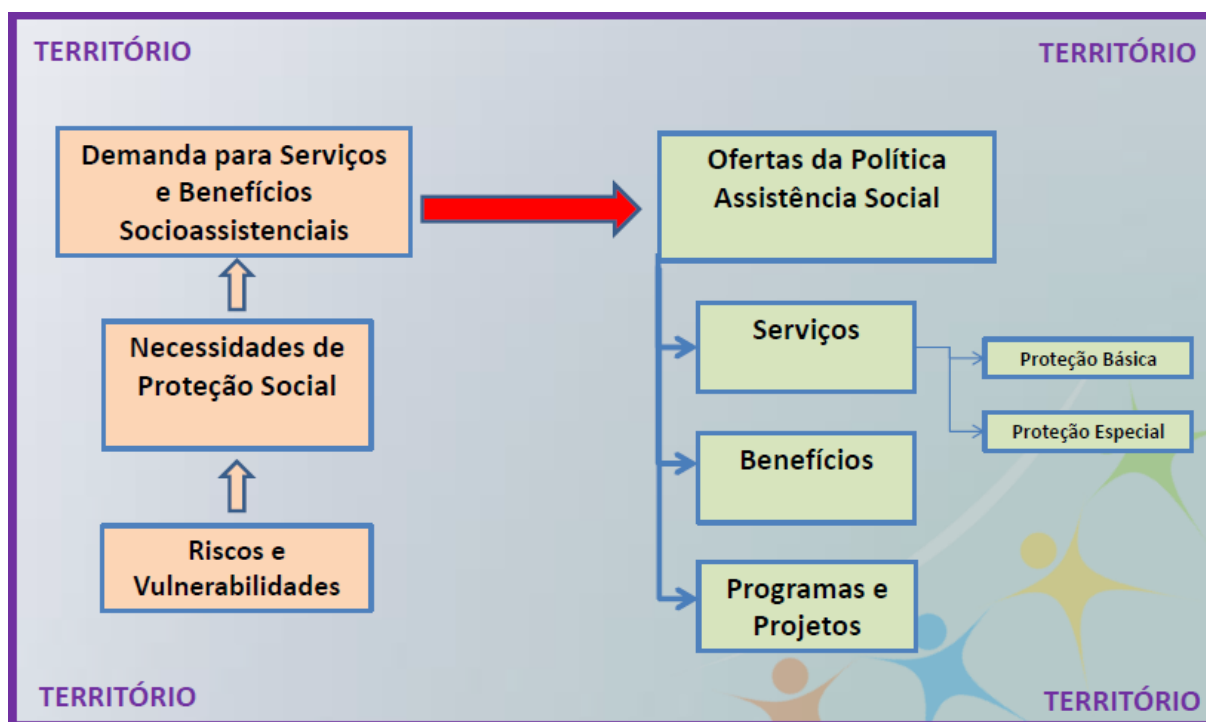
Cabe ainda à Vigilância Socioassistencial a elaboração dos diagnósticos socioterritoriais<sup>28</sup>, o que significa dizer que é feita uma análise da realidade social do município, propiciando informações territorializadas, que permitem conhecer melhor as demandas da população, bem como as potencialidades do território e a oferta dos serviços. Com isso, o diagnóstico assume uma das primeiras referências para o processo da vigilância. É a partir dele que são executadas as primeiras ações de monitoramento e avaliação enquanto processos sistemáticos de acompanhamento e análise dos processos de planejamento da política. Essa associação pode ser melhor visualizada na imagem 3<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> A elaboração desses diagnósticos parte do processo de conhecimento sobre o território, sendo o CRAS, um espaço privilegiado para conseguir informações sobre o território, suas vulnerabilidades, riscos e potencialidades, através da capilaridade exercida pelo equipamento. Outras fontes de dados também são utilizadas na construção do diagnóstico, como já mencionado anteriormente.

<sup>29</sup> O quadro apresentado foi retirado da Apresentação elaborada pela Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial – CGVIS, Brasília – 01 de agosto de 2014.

Imagem 3 – A construção do diagnóstico socioterritorial pela ótica da Vigilância



Fonte: Material apresentado no Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial 2014. Cadastro Único e Vigilância Socioassistencial.

Faz-se necessário nesse sentido, uma visão de totalidade, em que o território se torna central e o espaço de desenvolvimento e manifestação de relações sociais e pessoais, de apresentação das vulnerabilidades e riscos, bem como das potencialidades inerentes àquele território.

Dessa forma, a implantação do sistema de informações fica atrelada à necessidade de um sistema de avaliação e monitoramento eficazes, processos centrais para o planejamento institucional e para a operacionalização e manutenção da Vigilância Socioassistencial “[...] aparecem como componente estrutural do sistema descentralizado e participativo, no que diz respeito aos recursos e sua alocação, aos serviços prestados e seus usuários” (PNAS, 2004, p. 56).

Monitorar e avaliar a rede socioassistencial sistematicamente possibilita criar instrumentos de análise e intervenção na realidade a partir da apreciação da cobertura dos programas, serviços e benefícios, atestando a sua relevância, a qualidade, a efetividade das ações desenvolvidas pela política, no sentido de

corroborar com o seu funcionamento. Percebemos nesse processo, a intrínseca relação da avaliação e monitoramento com a Vigilância Socioassistencial enquanto um potencial instrumento de gestão, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de ação mais efetiva que priorizem as necessidades da sociedade, bem como nortear o investimento dos recursos da Política.

A Vigilância Socioassistencial assume, aqui, uma função privilegiada de legitimação de demandas que permite pressionar para a expansão e defesa dos direitos e dos serviços socioassistenciais. É esta perspectiva de análise que concede à função da Vigilância Socioassistencial e, fundamentalmente à política, o seu caráter proativo e a capacidade preventiva de proteção e de defesa de direitos socioassistenciais.

No entanto, buscaremos no decorrer do trabalho, sinalizar implicações que perpassam o processo de implantação dos sistemas de Vigilância Socioassistencial, na perspectiva de compreender a interface do que preconiza a Política, e as reais condições de efetivação práticas na realidade do Município de São Felix.

### **3.2 Os serviços, programas e projetos desenvolvidos no município de São Félix**

Mediante a proposta da Vigilância em problematizar os serviços, programas e projetos com vistas a potencializar e ampliar a proteção social serão apresentados nesse capítulo, os programas, projetos e serviços do município e o seu funcionamento, na perspectiva de subsidiar a construção do capítulo terceiro que se propõe em problematizar a materialização da vigilância no Município de São Félix.

Dessa forma, situaremos os serviços na forma da Política, como são preconizados, mas, traçando equivalências com as possibilidades de efetivação na realidade do Município.

A oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são articulados pela rede de proteção social, sejam de unidades públicas quanto entidades e organizações privadas. Para isso, suas atividades e ações são



norteadas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais<sup>30</sup>, trazendo a composição da PSB pautada nos seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos<sup>31</sup> e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas<sup>32</sup>.

A articulação da rede de proteção social se dá a partir do SUAS, que norteia, organiza, especifica as ofertas da Política de Assistência Social, consolidando o modelo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e estabelecendo corresponsabilidades entre os entes federados bem como reafirmando o dever do Estado em instalar, manter, regular e expandir as ações socioassistenciais enquanto direito do cidadão.

Nesse sentido, a oferta desses serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais pelo aparato público é viabilizada através da proteção social, que, como discutido no capítulo anterior, divide-se em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) do SUAS, sendo a PSB executada nos CRAS ou instituições que compõe a rede socioassistencial, e os serviços da PSE executados nos CREAS<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> A construção desse documento tem importância singular dentre os avanços da Proteção Social, pois descreve com riqueza de detalhes os serviços da Proteção Social Básica e Especial.

<sup>31</sup> Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 9).

<sup>32</sup> Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 11).

<sup>33</sup> O Município de São Félix, por ser caracterizado enquanto Município de Pequeno Porte I, não possui CREAS. Com isso, não trataremos desse equipamento no presente estudo.

Suas ações devem ser realizadas de forma articulada visando o enfrentamento das demandas sociais que afetam a qualidade de vida da população proporcionando condições que possibilitem o livre acesso aos direitos sociais. Dessa forma a Política de Assistência Social visa:

- a) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- b) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários em grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- c) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, PNAS, 2004, p.33)

Dentre as diretrizes estruturantes do SUAS estabelecidas na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), apontamos a importância da matricialidade sociofamiliar enquanto norteadora das ações da Proteção Social, o que significa dizer que,

a assistência social não trabalha mais com uma abordagem individual e segmentada (idosos, crianças, mulheres), mas sim centrada na família, seja esta formada por laços consanguíneos, de oferta ou de solidariedade. A assistência social deve desenvolver ações de fortalecimento dos vínculos entre os membros de uma família para que exerçam seu papel protetor e socializador (BRASIL, 2013, p. 48).

Tomando a perspectiva da matricialidade sociofamiliar enquanto central nos apontamentos da fala a seguir:

“eu vejo que o causador de toda a vulnerabilidade hoje, falando de salva vidas [...] que o salva vidas em si é uma área de maior vulnerabilidade. Eu acho que é a questão familiar. Por que eu sei que o econômico claro que conta muito, mas você ser pobre entre aspas, necessariamente não quer dizer que você venha a ser um marginal ou uma pessoa um cidadão ruim, mas a base familiar todas as famílias que frequentam o CRAS, a família que acompanham que são bem poucos, são pessoas que você nota que entre eles não tem uma base não tem um respeito, entre eles mesmos eles não se toleram, então a gente vê que o que causa maior ênfase é realmente a relação familiar, que tem outros fatores como o desemprego, mas o principal é a base, a família. (entrevista 2).

A centralidade da família nessa fala adquire uma conotação diferente do objetivo proposto. Fica evidenciado na fala, que o entendimento acerca da centralidade da família na Política recai no campo da culpabilização dos sujeitos, na responsabilização das famílias pelas suas situações de vulnerabilidade e riscos sociais, podendo vir a fortalecer o processo de desresponsabilização do Estado na provisão da Proteção Social. Salientamos com isso, a importância de se

compreender as normativas da política, pois influencia diretamente nas práticas e ações desenvolvidas no equipamento, podendo aproximar ou afastar as famílias/ indivíduos do equipamento.

Tomando o CRAS enquanto o primeiro espaço de aproximação com a Proteção Social, esse aparelhamento é considerado a porta de entrada para a inclusão do cidadão na rede socioassistencial, a partir da oferta de serviços e benefícios de renda, bem como benefícios eventuais<sup>34</sup> para a população em situação de vulnerabilidade e risco social daquele território.

Nesse equipamento a família é acolhida, assistida, direcionada à prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento de vínculos sociais e pessoais, o que significa dizer que ela é inserida na rede socioassistencial, seja através da demanda espontânea ou busca ativa da família ou indivíduo.

A busca ativa é percebida nesse estudo enquanto uma estratégia fundamental para coletar informações sobre o território que deve ser realizada de forma intencional pela equipe do CRAS. Por meio dela se poderão mapear as vulnerabilidades, demandas e as potencialidades permitindo assim compreender melhor a realidade social, potencializando as ações da equipe. “A busca ativa possibilita conhecer o território, sendo identificados não somente as vulnerabilidades e riscos sociais, mas também o padrão de serviços disponíveis no território, ao qual o CRAS deve se articular.” (Menotti. Et al, 2011, p. 72).

O município de São Félix, enquanto município de pequeno porte I, tem a Proteção Social composta pela Secretaria de Assistência Social e um CRAS. No período de realização da pesquisa, o Município não apresenta articulação da Proteção Social em rede, não havendo diálogo com a Política de Saúde, de Educação ou parcerias com instituições provedoras de serviços socioassistenciais, e os vínculos com o conselho tutelar e o Ministério Público- MP acontecem de forma superficial e/ou situações emergenciais<sup>35</sup>, restringindo a “rede” socioassistencial aos

---

<sup>34</sup> Discutiremos acerca dos benefícios eventuais mais adiante.

<sup>35</sup> No escopo da pesquisa, nos foi sinalizado a falta de articulação em rede. Nesse contexto, o Ministério Público e o Conselho Tutelar do Município não são caracterizados enquanto parceiros na viabilização dos direitos. A relação entre esses equipamentos, principalmente com o MP do Município, são em caráter de urgência, o que significa dizer que o diálogo entre eles se pauta na

serviços e benefícios ofertados pelo CRAS e pela Secretaria. O contexto apresentado adquire sustentação nas entrevistas realizadas, aspectos e falas que são desenvolvidas no desencadear do trabalho.

Referenciando a realidade apresentada no Município hoje, apontamos para as fragilizações nos mecanismos de Proteção Social advindas da ausência de uma rede que articule promoção, tanto da oferta quanto da garantia dos direitos e serviços socioassistenciais. Nesse sentido, ressaltamos que os CRAS assumem uma posição “privilegiada” nesse conjunto, tornando-se um equipamento importantíssimo no processo político de articulação, devendo assumir um papel ativo e propositivo nesse sentido, potencializando a garantia e acesso aos serviços e benefícios, promovendo melhorias nas condições de vida da população através do acesso aos Direitos Sociais e fortalecimento das relações intersetoriais, entendendo esse equipamento enquanto central no fornecimento de informações e dados das famílias e indivíduos, tendo em vista a sua capilaridade sobre o território, intermediando a articulação de ações conjuntas entre os equipamentos públicos e/ou privados que atuam na viabilização da Proteção Social.

No entanto, a articulação de rede na prática institucional não tem se efetivado de fato, caracterizando-se enquanto um desafio a ser superado e enquanto um entrave para o desenvolvimento de ações proativas e efetivas, como sinaliza a entrevista 2.

*[...] existe uma deficiência na rede. Existe as informações de saúde, educação [...] Porém não existe um diálogo entre os secretários e entre a gente, qual o programa que você ta ofertando? Então não vou ofertar os mesmos pra não evadir o seu público. Então não existe uma parceria, existe essa deficiência.” (Entrevista 2).*

O CRAS, sabemos ser o equipamento responsável pela oferta exclusiva do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que atua no fortalecimento de vínculos e da convivência familiar e comunitária, reconhecendo as famílias que necessitam da proteção social, desenvolvendo trabalho de acompanhamento das famílias, buscando fortalecer os vínculos e potencializar a proteção social da família,

---

necessidade da resolução de um problema já posto, geralmente casos que competem à PSE, que é repassada para a equipe do CRAS.

viabilizando o acesso aos direitos e proteções sociais, trabalhando as potencialidades dos sujeitos e a proatividade das ações. Nessa direção, “o trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço.” (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 6).

A criação do PAIF é um grande avanço na oferta dos serviços, “permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas” e exerce papel fundamental no processo de monitoramento e avaliação dos serviços, caracterizando ações da vigilância social, através da aproximação das realidades das famílias, do acompanhamento de suas vulnerabilidades e potencialidades, contribuindo para o conhecimento do território, desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Entretanto, na prática, a efetivação ainda é um grande desafio a ser consolidado, especialmente, no tocante ao processo de execução e registros das famílias atendidas, com base no processo de construção de indicadores e vigilância, como será problematizado no item posterior.

Dizendo isso, percebemos algumas informações contraditórias sobre a oferta dos serviços no decorrer da pesquisa. A fala da entrevista 1, no primeiro momento faz inferência aos serviços que deveriam ser executados no equipamento, discorrendo ações da prática profissional. No decorrer da entrevista outras situações são evidenciadas.

*Nos trabalhamos com o PAIF, Serviço de Convivência, Acolhida, Estudo Social, Visita Domiciliar, acompanhamento familiar, promoção ao acesso a documentação pessoal, BPC, orientações e preenchimentos de formulários do passe livre, acompanhamento de condicionalidades do BF família, campanhas socioeducativas, informação, comunicação e defesa de direitos, elaboração de relatórios. (Entrevista 1)*

No que tange à oferta e execução desses serviços no Município de São Félix, podemos inferir que não tem acontecido de forma satisfatória, cabendo salientar nesse sentido, a evasão por parte dos usuários, fragilizando o funcionamento do

equipamento. As ações no sentido de perceber as causas que tem levado a esse afastamento dos usuários da proteção social são pouco visíveis no equipamento, bem como a falta de proposições que possibilitem a reaproximação e reconhecimento do equipamento enquanto referência da Proteção Social.

Diante dessa evasão, buscou-se perceber a quantidade de famílias referenciadas e a média de atendimentos realizados mensalmente no equipamento, o que nos levando a um número de atendimentos praticamente irrisório dentro do universo das demandas. Foram registrados em média 30 (trinta) atendimentos, individuais/familiares/grupo, realizadas em média 10 (dez) visitas domiciliares, e tendo apenas uma média de 10 (dez) famílias referenciadas. Com o exposto, observamos mais uma vez, que a realidade vivenciada no município apresenta notável dissonância com os dados informados ao MDS. Segue dados do Relatório de Informações da Proteção Social Básica nos quadros 3 e 4:

**Quadro 3 – Piso Básico Fixo – CRAS/ PAIF (2015).**

<b>Piso Básico Fixo - CRAS/PAIF - Referência: março de 2015</b>	
Quantidade de CRAS cofinanciados	1
Capacidade de atendimento de referência (famílias ano/NOB-SUAS)	500
Famílias referenciadas (ano/NOB-SUAS)	2.500
Valor de referência do mês	R\$ 6.000,00
Previsão de repasse anual	R\$ 72.000,00
Situação atual de pagamento	LIBERADO

Fonte: Relatório da Proteção Social Básica de São Félix. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>>

**Quadro 4- Piso básico variável**

<b>Piso Básico Variável - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</b>	
Capacidade de atendimento de referência	200
Meta de inclusão do público prioritário	100
Valor de referência do trimestre	R\$ 30.000,00
Valor de referência do ano	R\$ 120.000,00
Usuários registrados no SISC	55 - Apurado em 30/12/2014
Usuários registrados no SISC em situações prioritárias	51 - Apurado em 30/12/2014
Situação atual de pagamento (trimestre Janeiro a Março/2015)	LIBERADO
Valor real de repasse (trimestre Janeiro a Março/2015)	R\$ 17.104,00

Diante do exposto e dos dados e falas apresentadas, convém percebermos a inconsistência inferida nos dados disponíveis sobre o município no Relatório do MDS, e os dados que encontramos na realidade.

Indagamos no entanto, sobre a relação, financiamento dos serviços X efetivação dos serviços, tendo em vista que os repasses estão sendo feitos, ainda assim, deparamo-nos com a realidade Municipal em que as atividades não estão se materializando. Com isso, as falas evidenciam o contraditório na entrevista 2 ao indagar sobre o por que da morosidade e da não realização de atividades relacionadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

*“[...] assim, mesmo quando as coisas não acontecem, quando não existem materiais disponíveis no momento, ah! por conta da licitação que não aconteceu ou por que o recurso não foi repassado, ou outros problemas internos que não chegam até a gente [...]”*

*“[...] na verdade as pessoas não sabem, ninguém sabe o que esta lhe assistindo, então, eles mesmo a população a sociedade civil não sabe que tem que cobrar, que tem que vigiar que tem que ir pro gestor, olha o CRAS não ta funcionando, não ta tendo os cursos. O recurso existe, não ta acontecendo por que? Por que não ta acontecendo mesmo, vamos ver por que, o recurso tem [...]”*

Durante as entrevistas realizadas, o aumento do Índice de Violência no município surgiu enquanto um dos principais fatores para o afastamento da comunidade, bem como a morosidade no processo de oferta dos cursos, palestras e oficinas. Uma outra questão elencada nas entrevistas é que os serviços não tem despertado o interesse dos usuários, como afirma a entrevista 2

*“Grupo de idosos não temos nenhum. No ano passado tínhamos pingados, quatro cinco idosos fazendo crochê ou bordado, mas não foi atrativo pra elas vim pra cá. Na verdade elas tão muito questionando uma ginástica laboral.”*

A fala nos aponta ao insuficiente/ ausente, conhecimento sobre as demandas e efetividade dos serviços ofertados no município, o que exerce impacto direto na prestação dos serviços e na sua eficiência e efetividade. No decorrer do trabalho, adensaremos a discussão acerca dos processos de reconhecimento do território pautados nos métodos de trabalho, monitoramento e avaliação da Política. Não

conseguimos depreender no proceder das entrevistas, estratégias que propiciem a reaproximação das famílias ao equipamento.

Devido a esse esvaziamento do equipamento e a dificuldade na realização de Busca Ativa, a unidade tem trabalhado quase que exclusivamente com atendimentos de demanda espontânea. Essas condicionalidades têm fragilizado em muito os serviços do PAIF, reduzindo consideravelmente as suas ações, nos apresentando uma situação delicada no sentido da precarização dos serviços prestados pelo CRAS, *“é triste falar do CRAS, as coisas não estão acontecendo no CRAS, né, por um problema interno da prefeitura, as coisas não tão acontecendo com tanta empolgação na verdade, até por que o público ta evadindo”* (Entrevista 2).

Ainda a esse respeito, a entrevistada 2 aponta a morosidade nos processos licitatórios e mesmo para início dos cursos, o que acaba por desmotivar quem procura o serviço.

*“A demora em começar as atividades. Interrompemos em dezembro e janeiro não retomamos por conta da licitação e foi empurrando e retomamos agora em abril, então esse espaço de tempo os meninos ficaram sem atividades e vinha procurar. Vai voltar quando? o balé volta quando? a capoeira volta quando? E aí o que acaba acontecendo, eles cansam e não vem mais”.*

Com o exposto, é mister refletirmos acerca da materialização, da viabilidade, da efetividade e alcance da política e dos serviços para além nas normatizações e regulações. Perceber os desafios diários para operacionalização e desenvolvimento das ações da Proteção Social, embasadas na diversidade populacional e territorial em que cada realidade requer formas e estratégias de enfrentamentos das vulnerabilidades e riscos. O incipiente quadro profissional<sup>36</sup> que compõe a equipe Técnica da Proteção Social no município de São Félix, apresenta-se para a pesquisa enquanto um desafio a ser enfrentado.

Sob as dificuldades pertinentes a qualidade da prestação dos atendimentos, convém frisar as questões relacionadas a ausência de uma infraestrutura básica de

---

<sup>36</sup> O corpo Técnico que compõe o CRAS do município é formado por 1 Assistente Social e uma Psicóloga, esta última equilibra os seus atendimentos entre o CRAS e o CAPS do Município. A inexistência de um CREAS em São Félix contribui com a sobrecarga profissional dos trabalhadores do CRAS, bem como demandas do Ministério Público do Município. Todas as demandas municipais da PS são encaminhadas para as equipes do CRAS, ou da Secretaria de Assistência Social, esta, enquanto a única Técnica do equipamento.



funcionamento do CRAS do Município, aliado a precarização da equipe de trabalho. Nesse sentido, percebemos o distanciamento entre o que preconiza a Política e a sua real viabilidade de implantação no território. Conforme a NOB-SUAS/RH-2005, “para realizar os seus serviços de uma forma eficaz, a unidade pública estatal deve ter um espaço físico adequado e uma equipe capacitada”. No entanto a realidade do Município vai de encontro à normativa, apresentando um quadro profissional incipiente bem como uma estrutura física inadequada, em que a equipe técnica da Proteção Social do CRAS é composta por 1 (um) Assistente Social e 01 (uma) psicóloga (que trabalha também no CAPS do município).

Referente a esse aspecto, apresentaremos essa contradição a partir do quadro de Indicadores de Desenvolvimento de CRAS, ID-CRAS 2013, que monitora o funcionamento do CRAS a partir de 4 dimensões: horário de funcionamento, estrutura física, realização de atividades e recursos humanos. Segue:

**Quadro 5-** ID-CRAS<sup>37</sup> (1-Insuficiente 2-Regular 3-Suficiente 4-Superior).

UF	Município	Dimensão Horário de Funcionamento	Dimensão Estrutura Física	Dimensão Atividades Realizadas	Dimensão Recursos Humanos	IDCRAS Sintético
BA	São Félix	3	3	4	3	9

O quadro apresentado nos possibilita inferir sobre a inconsistência dos dados disponibilizados no censo, e a realidade encontrada no Município expressa a partir das falas dos sujeitos da pesquisa. Como ressaltado anteriormente sobre a insuficiência do quadro profissional e inadequação do espaço físico aos padrões da normativa. Com o exposto, seria inviável a atribuição das notas apresentadas.

Outra dimensão a ser analisada é referente às atividades realizadas no equipamento. O município adquire nota máxima na escala padrão da avaliação desse serviço, no entanto, a realidade evidencia discrepância entre os dados, o que se ratifica na fala da pesquisa. “[...]Je o CRAS hoje é triste falar do CRAS, as coisas não estão acontecendo no CRAS [...]”(entrevista2).

<sup>37</sup> Censo SUAS 2013.

Através das entrevistas percebemos contradições referentes à execução da política no município, uma vez que, *in locu*, as verbalizações nos possibilitam inferir sobre as incoerências entre os dados disponibilizados para a criação dos indicadores do CRAS, nos possibilitando contrapor as informações e os dados apresentados nas entrevistas.

Evidenciando a base de conhecimento técnico que utilizamos para perceber as inconsistências apresentadas, para além das falas nas entrevistas, e da constatação através das aproximações com os espaços pesquisados, segue os quadros 6, 7 e 8, dando sustentação às constatações, dispoendo sobre os critérios de avaliação atribuídos para a concepção da nota no ID-CRAS.

**Quadro 6 – Critérios: Porte populacional do município / Famílias referenciadas**

	Gradação de Desenvolvimento	Critérios: Porte Populacional do município / Famílias Referenciadas		
		Metrópole / Grande Porte / Médio Porte	Pequeno Porte II	Pequeno Porte I
		CRAS para 5.000 famílias referenciadas	CRAS para 3.500 famílias referenciadas	CRAS para 2.500 famílias referenciadas
Recursos Humanos	Superior	9 ou mais profissionais sendo <ul style="list-style-type: none"> <li>• 5 ou mais de N. Superior</li> <li>• 4 ou mais de N. Médio</li> <li>• Devendo haver, pelo menos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 Assistentes Sociais</li> <li>• 1 Psicólogo</li> <li>• 1 coordenador de N. Superior e estatutário</li> </ul> </li> </ul>	7 ou mais profissionais sendo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 ou mais de N. Superior</li> <li>• 3 ou mais de N. Médio</li> <li>• Devendo haver, pelo menos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 Assistente Social</li> <li>• 1 coordenador de N. Superior e estatutário</li> </ul> </li> </ul>	5 ou mais profissionais sendo <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 ou mais de N. Superior</li> <li>• 2 ou mais de N. Médio</li> <li>• Devendo haver, pelo menos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 Assistente Social</li> <li>• 1 coordenador de N. Superior e estatutário</li> </ul> </li> </ul>
	Suficiente (NOB-RH)	8 ou mais profissionais sendo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 ou mais de N. Superior</li> <li>• 4 ou mais de N. Médio</li> <li>• Devendo haver, pelo menos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 Assistentes Sociais</li> <li>• 1 Psicólogo</li> </ul> </li> </ul>	6 ou mais profissionais sendo <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 ou mais de N. Superior</li> <li>• 3 ou mais de N. Médio</li> <li>• Devendo haver, pelo menos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 Assistente Social</li> </ul> </li> </ul>	4 ou mais profissionais sendo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 ou mais de N. Superior</li> <li>• 2 ou mais de N. Médio</li> <li>• Devendo haver, pelo menos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 Assistente Social</li> </ul> </li> </ul>
	Regular	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 ou mais profissionais: Sendo</li> <li>• 4 ou mais de Nível Superior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 5 ou mais profissionais: Sendo</li> <li>• 3 ou mais de Nível Superior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 ou mais profissionais sendo</li> <li>• 2 ou mais de Nível Superior</li> </ul>
	Insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menos de 6 profissionais ou</li> <li>• Menos de 4 com N. Superior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menos de 5 profissionais ou</li> <li>• Menos de 3 com N. Superior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menos de 4 profissionais ou</li> <li>• Menos de 2 com N. Superior</li> </ul>

**Quadro 7 - Atividades realizadas**

	Gradação de Desenvolvimento	Critérios
Atividades Realizadas	Superior	Todas as atividades do grau 'Suficiente', e ainda: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca Ativa</li> </ul>
	Suficiente	Todas as atividades do grau 'Regular', e ainda: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientações / acompanhamento para inserção no BPC</li> <li>• Encaminhamento para inserção de famílias no Cádunico</li> <li>• Grupo/oficina de convivência e atividades sócio-educativas com famílias ou por ciclo de vida</li> </ul>
	Regular	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visitas domiciliares</li> <li>• Acompanhamento de Famílias</li> </ul>
	Insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não realiza visitas domiciliares e/ou não faz acompanhamento de famílias</li> </ul>

Quadro 8 – Estrutura física.

	Gradação de Desenvolvimento	Critérios
Estrutura Física	Superior	Todos os requisitos do grau 'Suficiente' e ainda: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual</li> <li>• Possui condições de acessibilidade em conformidade com a norma ABNT</li> <li>• Imóvel próprio</li> </ul>
	Suficiente	Todos os requisitos do grau 'Regular' e ainda: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Possui condições de acessibilidade mas que não estão em conformidade com a norma ABNT</li> </ul>
	Regular	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Local para recepção</li> <li>• Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual</li> <li>• Salão para reunião com grupos de famílias</li> <li>• Mínimo de 2 salas com, no mínimo, uma delas com capacidade superior a 15 pessoas</li> <li>• Banheiro</li> </ul>
	Insuficiente	Não possui algum dos seguintes requisitos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Local para recepção</li> <li>• Sala para entrevista que possibilite o atendimento individual</li> <li>• Salão para reunião com grupos de famílias</li> <li>• Mínimo de 2 salas com, no mínimo, uma delas com capacidade superior a 15 pessoas</li> <li>• Banheiro</li> </ul>

Fonte: Material apresentado no Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial 2014. Vigilância dos padrões dos Serviços de Proteção Social Básica.

A falta do CREAS acarreta ainda mais a sobrecarga profissional, com demandas de atendimento da PSE de média e alta complexidade, bem como demandas do Ministério Público do Município. Essas demandas são encaminhadas para a equipe do CRAS, ou da Secretaria Municipal de Assistência Social que conta com 1 (um) profissional de Serviço Social enquanto equipe técnica.

Além desses atributos, o CRAS deve ser o portador de uma nova era dos direitos socioassistenciais: “o SUAS pretende superar a prática da assistência social como uma política pobre, destinada aos mais pobres, por meio de ações pobres, ofertadas em unidades pobres.” (Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 2009, p. 47, apud MENOTTI, et al, 2011, p. 42).

Ainda sobre os serviços e Benefícios, São Félix viabiliza o Benefício de Prestação Continuada – BPC<sup>38</sup>, e dispõe de recursos para a viabilização de

<sup>38</sup> O Benefício de Prestação continuada da Assistência Social - BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993; pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008.

O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício **individual, não vitalício e intransferível**, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos

Benefícios Eventuais<sup>39</sup>, regulamentado pela Lei Nº 136/2008 que “Cria a provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública da Assistência Social no Município de São Félix, na forma que indica e dá outras providências”.

Esses Benefícios são voltados para o atendimento emergencial na provisão de Direitos Sociais urgentes, em caráter temporário, como preconiza a referida lei: “O Benefício Eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos humanos”.

Como apresentado, esses benefícios são de caráter temporário e suplementar, de forma a não se caracterizar enquanto benesse ou assistencialismo. No entanto, a fala da Entrevistada 2 contrapõe essa informação ao dizer:

---

ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. (BRASIL, MDS, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>. acessado em 15 de maio de 2015).

<sup>39</sup> A provisão desses Benefícios como caracterizado nos artigos que seguem, contemplam: Artigo 4º, contempla “[...]famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros”.

Os auxílios são nas modalidades de : **Artigo 5º** auxílio- natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, caracterizada por bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família. **Artigo 8º** - O Benefício Eventual, na forma de auxílio-funeral constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membros da família.

São disponibilizados ainda: **Artigo 13** - Também são considerados Benefícios Eventuais a fim de atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública a concessão de:

**I** - Cestas básicas;

**II** – Concessão de passagens dentro dos limites do Estado da Bahia, quando a situação envolver migrantes, crianças, adolescentes, gestantes, nutrizes, idosos e pessoa com deficiências ou quando a situação envolver morte de parente até segundo grau.

**III** - Concessão de passagens fora dos limites do Estado da Bahia, quando a situação envolver municípios, crianças, adolescentes, gestantes, nutrizes, idosos e pessoas com deficiências ou quando a situação envolver morte de parente até segundo grau.

**IV** - Reforma de casas (pequenas reformas) definidas como: reparo em telhado, substituição de portas e/ou janelas e construção de paredes que estejam em risco de desabarem.

**Parágrafo Único** - Fica estabelecido para efeito da concessão dos benefícios a que se refere o caput deste artigo o critério renda mensal familiar per capita de 1/4 (um quarto) do salário mínimo. (Diário Oficial do Município de São Felix; disponível em: <http://www.saofelix.ba.io.org.br/>, acessado em: 13 de maio de 2015).

*“por que os benefícios eventuais acontece né, carro funerária, aluguel social vai acontecendo”[...] “as pessoas acham que a Secretaria é só pra Bolsa Família e Cesta Básica, as pessoas não tem noção do poder do que ta lhe assistindo, não sabem que existe recurso pra lhe assistir como pessoa e não é o prefeito nem o secretário. Lhe assistir por que ta passando necessidade, ou que não tem acesso a informação não tem acesso a escola a um grupo.”*

As falas ressaltadas, nos leva a reflexão sobre a intencionalidade da viabilização desses benefícios enquanto direito, ou não direito, já que os espaços que deveriam viabilizar os Direitos sociais, tem adquirido frente aos usuários, uma conotação de benesse, descaracterizando a Política de Assistência Social e assumindo um viés de retrocesso no que tange aos processos históricos e luta diária em vencer o clientelismo, o paternalismo, as práticas de “direito” pautado pelo favor.

O fato de o requerimento desses benefícios serem vinculados à Secretaria, muito normalmente à pessoa do Gestor, pode de fato vir a reforçar essa percepção e concepção do equipamento, deslegitimando a política enquanto Direito Social, e descaracterizando o equipamento enquanto Órgão Gestor da Política, viabilizador da Proteção e dos Direitos Sociais.

Essa percepção também perpassa o espaço do CRAS, segundo fala da Entrevistada 2 *“eles são assistidos de direitos, mas acham que é um favor que o prefeito ta fazendo. Ah! o prefeito ta fazendo balé no CRAS, minha filha nunca foi, vou realizar meu sonho, o povo acha que é o prefeito e não é o prefeito”*.

Os serviços socioassistenciais devem oferecer respostas às situações que expressam necessidades concretas da população, ou seja, os serviços devem agir sobre as condições de vida do sujeito de maneira que responda as suas necessidades. Esses serviços devem ainda organizar a mediação para que as famílias tenham garantia de acesso aos direitos estabelecidos na Constituição vigente e na legislação que dela deriva. Esses serviços devem ser contínuos e por tempo indeterminado com grau de organicidade e qualidade, tendo por direção a universalidade das atenções (MENOTTI; MILANI; FAUSTINO; SOUZA, 2011, p. 36).

Devemos atentar, no entanto, para a diversidade dos fatores que perpassam a realidade dos municípios (violência, desemprego, recursos materiais e pessoais, financiamento, etc.), percebendo a efetivação dos serviços e benefícios enquanto

possibilidades reais de promoção e garantia de Direitos Sociais, no entanto, sem perder de vista, as dificuldades reais que se apresentam pra a sua materialização.

Diante do exposto e das ponderações sobre os desafios de materialização da Proteção Social na forma dos serviços, programas e projetos, dentro do escopo da Vigilância Socioassistencial, prosseguiremos para o terceiro capítulo do trabalho, enfatizando as especificidades do Município pesquisado trazendo um diálogo com os profissionais entrevistados no que tange aos processos da concretização e operacionalização da Proteção Social. O tópico abordado assume importância impar na compreensão desses processos, uma vez que a oferta, operacionalização e monitoramento dos serviços, programas e projetos compõe a base de sustentação para a Vigilância Social.

## **4 CAPÍTULO 3: A MATERIALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM SÃO FELIX.**

O presente capítulo se propõe a inferir os processos de implantação e materialização da vigilância social do município de São Félix, atentando aos desafios postos na realidade. Para isso, tomaremos as análises das entrevistas realizadas com profissionais, técnicos, que compõem o quadro da Assistência Social do município, e que se dispusera a participar da pesquisa. Rememorando a equipe da Proteção Social, temos, três profissionais de nível técnico, sendo 2 Assistentes Sociais (alocadas no CRAS e na Secretaria de Assistência Social), 1 Psicóloga que divide o trabalho entre o CRAS e o CAPS do município de São Felix, 1 coordenadora do CRAS e o Gestor da Política de Assistência Social.

Buscou-se dentro desse estudo a realização de entrevistas com todos os profissionais supracitados, para tanto, a concretude do seu desenvolvimento teve um alcance de dois<sup>40</sup> profissionais.

Para preservar o sigilo e a confidencialidade das identidades dos sujeitos da pesquisa, usaremos no decorrer do texto as denominações de Entrevista 1 e Entrevista 2 para análise das entrevistas realizadas.

A técnica utilizada para a realização das entrevistas foi a entrevista semiestruturada, entendendo ser possível através desta, uma maior flexibilização das informações “colhidas”, e uma maior aproximação com os sujeitos pesquisados.

---

<sup>40</sup> É necessário esclarecer nesse processo, os esforços despendidos para a abrangência das pesquisas da proposta inicial, no entanto, a concretização das ações perpassa vários desafios. Os sujeitos da Política foram procurados em diversas circunstâncias para a realização da pesquisa, no entanto, essa aproximação nem sempre alcançou o êxito esperado. É importante o registro sobre a falta de compromisso, de ética profissional e pessoal, falta de respeito, e falta de adjetivos para descrever a postura desenvolvida por um quantitativo do universo selecionado para a pesquisa, materializando-se no descumprimento dos agendamentos marcados, sem aviso prévio ou posterior (nesse caso, depois de esperar durante horas, após buscar saber de outrem sobre o compromisso firmado, ser informada da impossibilidade para aquele momento, remarcando para o dia posterior, o que incorreu na mesma prática descrita, e se repetiu por diversas vezes e vários dias). Esse processo de entrevistas foi ainda permeado por destrato para com o pesquisador.

Vale ressaltar ainda que a postura do pesquisador frente ao universo da pesquisa manteve-se norteada pelo compromisso, pela ética, respeito e seriedade para com a pesquisa, os sujeitos, e para com próprio pesquisador.

Segundo Triviños (2008), a entrevista semi estruturada, parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessa à pesquisa. Esta técnica possibilita o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, o que permite o surgimento de novos questionamentos, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do entrevistado. Esta técnica possibilita uma maior flexibilidade no processo de análise do objeto pesquisado.

Em virtude disso, a técnica utilizada proporcionou a dinamização da entrevista, bem como o surgimento de outras questões pertinentes à temática abordada, possibilitando a troca de saberes entre o entrevistador e entrevistado. O universo da pesquisa concentrar-se-á ao CRAS e à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo em vistas estes serem os equipamentos que compõem a rede socioassistencial<sup>41</sup> do município.

O capítulo se propõe a permanecer dialogando com as entrevistas na perspectiva de perceber e problematizar a concepção e o conhecimento dos profissionais pesquisados acerca da Vigilância Socioassistencial no Município, sinalizando as questões centrais para a discussão. Faz parte ainda da intencionalidade do capítulo, elucidar as contradições entre as regulamentações e normas da implantação da Vigilância Social e os reais desafios na sua efetivação prática a nível municipal.

No processo de construção desse trabalho, inúmeros foram os desafios, dentre os quais é importante ressaltar enquanto desafio teórico, a incipiente discussão sobre Vigilância Socioassistencial, bem como a escassez de bibliografias que discutem o tema proposto, levando parte considerável do trabalho às normatizações e documentos oficiais da Política de Assistência Social.

---

<sup>41</sup> Usaremos esses dois equipamentos que compõem a proteção social do município, como base do estudo proposto, pois, no período em que se realiza a pesquisa, a articulação em rede com as demais políticas, a saber; Política de Saúde, Política de Educação, Política Previdenciária, bem como outros instrumentos utilizados para o fortalecimento da proteção social, como o Ministério Público e o Conselho Tutelar, não tem exercido diálogos nos sentido de fortalecer as ações desenvolvidas na comunidade, para em conjunto dinamizar, ampliar e possibilitar uma maior efetividade dos serviços e ações da Proteção Social no Município de São Felix.



## 4.1 Dispondo Sobre a Vigilância Socioassistencial no Município de São Félix

Para compreender como a Vigilância vem sendo desenvolvida nos municípios faz-se necessário ilustrar o processo gradativo das atividades que possibilitam os primeiros indicativos da vigilância social dentro dos equipamentos da proteção social. Nesse sentido, as práticas institucionais e profissionais de sistematização dos atendimentos, da rotina de trabalho, das ações desenvolvidas, caracterizam-se enquanto aporte para operacionalização da Vigilância Social, fornecendo informações que potencializam o conhecimento sobre o território de atuação.

Dessa forma, os processos de monitoramento e avaliação dos serviços desenvolvidos pelo município assumem um caráter indispensável para as ações iniciais da Vigilância Social, amparada na sistematização do trabalho profissional, de meios técnicos e operacionais que possibilitem adensar e organizar as informações das famílias e indivíduos que participam dos atendimentos, e das famílias que são acompanhadas pelo equipamento.

Sobre a importância da avaliação e do monitoramento enquanto estratégia de gestão, a entrevista dois recondiciona falas evasivas e demonstra não ter conhecimento ou domínio sobre essa questão, indagando ao entrevistador sobre o que é, e sobre o papel dentro da Vigilância. Ainda depois da interlocução proferida, a fala é direcionada a hipóteses, evidenciando um distanciamento da realidade, o que nos permite inferir que não há, por parte da entrevistada, uma percepção real da materialização desses processos.

No sentido, a importância que eu acho da avaliação certo? Se ela realmente existir, essa avaliação e esse monitoramento, é essencial por que com certeza as coisas vão ter que andar obrigatoriamente. Vai ter que fazer e acontecer, cumprir com os programas, se preocupar com o público que tem que atingir. Se realmente existir essa avaliação e monitoramento é excelente mesmo, tem que ter pra ontem, por que é muito importante realmente.

Ainda sobre a interlocução mencionada, evidenciamos mais uma vez, através dos fragmentos das falas e do contexto em que se insere, que os serviços e

programas não estão se efetivando de forma satisfatória no Município, no entanto, as entrevistadas não elencam sugestões ou possibilidades de mudança no quadro apresentado.

Entendendo a importância do Monitoramento para a Política, esse deve ser uma constante da vigilância, para que a realidade social esteja sendo percebida, acompanhada, ressaltada, possibilitando a avaliação da efetividade e do alcance dos serviços, programas e projetos ofertados nos municípios. Indissociável do monitoramento, a avaliação constitui uma prática necessária dentro dos equipamentos, não com a mesma frequência do monitoramento, que precisa ser constante, mas de forma periódica, avaliar os serviços ofertados pela proteção social, na perspectiva de perceber a abrangência, a operacionalização, a eficiência desses serviços e dos programas, para então fornecer subsídios para propostas de gestão, organização e planejamento da oferta e da garantia de Proteção Social.

Nessa perspectiva, entendemos a Vigilância Social como uma gama de procedimentos compostos pela coleta dos dados, sistematização, análise, produção e o uso das informações, possibilitando a retroalimentação dos equipamentos que fornecem os dados à “equipe” responsável pela vigilância. O que significa dizer, que a coleta e o uso das informações da vigilância estão alocados nos equipamentos da Proteção Social, no caso do município de São Felix, o CRAS e a Secretaria de Assistência Social. A produção e análise dessas informações, bem como a sua sistematização, de acordo com as normativas da Política ficam a cargo do Órgão Gestor da Política de Assistência Social, o que significa dizer que ao CRAS cabe realização da coleta de dados sobre as situações de vulnerabilidade e risco social da população. Após a coleta, o CRAS deve fornecer essas informações à gestão, que se encarregará de sistematizar, analisar e produzir informações para a retroalimentação dos serviços, entre eles, o próprio CRAS, fornecendo indicadores territorializados que possam auxiliar nas atividades de planejamento ações e na avaliação dos próprios serviços.

As entrevistas, os dados e ainda o período de aproximação com o universo pesquisado nos possibilita assegurar a ausência desse mecanismo no município, bem como das práticas de sistematização das informações nos equipamentos.

Diante do exposto, é necessário ponderarmos que, embora a Política de Assistência Social e as normativas preconizem a criação de uma equipe<sup>42</sup>, ou mesmo instituição de uma pessoa vinculada à gestão da Proteção Social para desempenhar as atribuições da vigilância no município, buscamos perceber o papel do Estado no processo de apoio à institucionalização da Vigilância Socioassistencial. Nesse sentido, avaliaremos a efetividade da assessoria recebida pelos municípios nesse processo, identificando as dificuldades da concretização dessas ações na realidade dos territórios.

Concernente a isso, a reflexão realizada sobre o tema nos permite perceber a Assistência Social enquanto uma Política de monitoramento e prevenção de riscos, que possibilita a gestão dos serviços a partir do diagnóstico socioterritorial em concordância com as demandas e as potencialidades da população.

Diante do exposto, para perceber como a vigilância social vem sendo desenvolvida no Município, é necessário compreendermos a visão dos entrevistados sobre o tema. Com isso, as reflexões que seguem, evidenciam a percepção dos técnicos entrevistados acerca da vigilância social e da Vigilância no Município.

Na entrevista 1, predomina o teor normativo das respostas, demonstrando também um maior acúmulo e adensamento teórico frente ao objeto da pesquisa. Na Entrevista 2, temos respostas mais evasivas e incipientes sobre as normativas, conceitos e regulamentações, no entanto, retratando a realidade instalada no Município no período da Pesquisa. Segue:

*A vigilância, eu compreendo como uma das ações mais importantes da gestão para avaliação e monitoramento das ações, e para o planejamento de ações. Para diminuir a vulnerabilidade social facilitando o diagnóstico e o planejamento das ações. (Entrevista 1).*

---

<sup>42</sup> A equipe da Vigilância deve ser uma equipe multidisciplinar, mas também pode haver a depender das especificidades do município, uma pessoa responsável pela Vigilância. “O ideal é que exista uma equipe específica e permanente, uma vez que a Vigilância demanda um processo de construção de conhecimento, o que não é possível quando a equipe é muito fluída[...]Existem diversas formações que podem auxiliar o trabalho técnico da Vigilância, entre elas: Estatística, Economia, Tecnologia da Informação, entre outras. Ressalta-se, por outro lado, a importância da coexistência de formações como Serviço Social e Psicologia dentro da Vigilância Socioassistencial, para facilitar o diálogo com técnicos e a discussão da política de Assistência Social. Tendo em vista que o tamanho da equipe depende do tamanho do município, da capacidade de gestão da Assistência e de muitos outros fatores, entende-se que este tamanho pode variar muito de caso a caso. Para municípios de pequeno porte, o primordial é que exista, no mínimo, uma pessoa de referência para a Vigilância Socioassistencial.” (Brasil, Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, 2013, p.42).

*A vigilância o nome já diz né, vigiar é supervisionar ver se as coisas tão realmente acontecendo como deveriam acontecer. Em São Félix eu não vejo uma preocupação com uma vigilância dos órgãos. De nenhum, nem do gestor, nem das secretarias. Existe uma deficiência a gente comenta o tempo todo aqui. É uma área pra mim todas as secretarias são importantes, mas o social pra mim toca mais é o que mais sensível mais carente na verdade e não existe um olhar diferenciado nem apropriado um olhar de carinho na verdade e nenhuma vigilância, eu não vejo vigilância. Que é importante é, mas eu não vejo. (Entrevista 2).*

Evidenciamos na fala da entrevista 1, uma aproximação maior sobre os conceitos estabelecidos na política, bem como a compreensão da importância dos instrumentos de avaliação e monitoramento para o planejamento das ações. No entanto, essa aproximação conceitual se mostra incipiente na entrevista 2, recaindo numa visão mais “policialesca” da terminologia, o que se concretiza no fragmento que segue: *“essa vigilância é como se fosse uma auditoria?”*.

Essa verbalização adquire importante significado para a pesquisa, pois nos permite inferir sobre a falta de conhecimento que se manifesta em profissionais que atuam na Política de Assistência Social, levando a uma reflexão nesse sentido, sobre a oferta e a qualidade dos serviços ofertados no equipamento, partindo da premissa de que os profissionais nem sempre tem o domínio mínimo sobre as atribuições do aparelho viabilizador dos Direitos.

A falta do conhecimento sobre a Política, por parte da equipe técnica se caracteriza nesse trabalho enquanto uma das fragilidades do processo de operacionalização da Vigilância no Município. Outra questão que surge como entrave para a implementação da Vigilância nos Municípios, é a ausência, por parte das estruturas municipais, de prontuários digitais para o registro dos atendimentos, bem como a padronização dos registros desses atendimentos. Essas questões dificultam a sistematização dos dados que possibilitem uma visão situacional próxima da realidade territorial, interferindo diretamente na organização, na disposição, no planejamento e na execução das ações e ofertas dos serviços socioassistenciais. Corroborando com Martins *et al.*, (2008), apud Silva 2013,

o prontuário digital é instrumento de suma importância para a leitura de vulnerabilidades das famílias usuárias dos serviços sociais. Um sistema de cadastro deve revelar informações que demonstrem “quem são os usuários da política, quantos são, onde estão e em quais programas se encontram incluídos”. Segundo as autoras, estas seriam as informações básicas necessárias que devem ser advindas de um cadastro digital. Além disso,

outras informações, tais como, as vulnerabilidades e potencialidades do usuário da política, de sua família e de seu território também devem ser informadas pelos registros eletrônicos. Desse modo, a ausência do uso da tecnologia da informação eleva o grau de dificuldade ou se torna um empecilho para sistematização, análise e produção de dados. Ou seja, para a realização da Vigilância.

Nesse sentido, a padronização de um modelo de registros de atendimento nos CRAS e CREAS, bem como a elaboração de uma metodologia para o desenvolvimento dos diagnósticos de vulnerabilidade e risco, tem propiciado a condensação dos dados Municipais de forma mais efetiva, possibilitando o cruzamento dos dados e informações, potencializando a qualidade e o alcance da proteção social. Em paralelo a essa necessidade, surgem as dificuldades reais em se “adequar” aos modelos e padrões estabelecidos pela Política, em nível de condições objetivas de efetivação prática das condicionalidades necessárias para que de fato as exigências sejam cumpridas pelos Municípios.

Essa padronização tem se caracterizado enquanto um passo importante no fortalecimento da rede SUAS, constituindo um importante elemento para a sistematização da prática profissional e controle dos dados e dos atendimentos realizados nos equipamentos. No entanto, a adequação dessa sistematização e a inserção do formulário padronizado para os atendimentos ainda encontra-se em tempo de adaptação nos Municípios. Em São Felix, os registros de atendimentos ainda acontecem de forma manual em um livro de atendimentos e no prontuário SUAS também manualmente. Essa afirmativa é confirmada pela entrevistada 2: *“o registro dos atendimentos é feito com o prontuário SUAS, e livro de registros de atendimento, tudo manualmente, o relatório mensal é feito por um técnico administrativo e entregue a coordenadora que informa ao sistema”* (Entrevista 1).

Percebemos nesse contexto, que essas informações estão vinculadas à adoção de sistemas de informação no município, o que se configura enquanto mais um entrave a ser superado a nível municipal, tendo em vista espaços não terem o mínimo de equipamento técnico necessário nem para a realização dos atendimentos.

Esses espaços propiciam o registro e processamento de dados do território e da população mensurados pelos equipamentos. Dessa forma, entendemos que a

materialização da Vigilância está vinculada a construção de indicadores sociais, premissa para a análise social, na perspectiva de quantificar e qualificar as vulnerabilidades e as potencialidades da comunidade/ indivíduos, delinear aspectos da realidade daquele território. Dessa forma, as ações da gestão da política tornam-se mais efetivas, tendo em vista uma maior compreensão do território de atuação. Contudo, por mais que se identifiquem nas falas dos entrevistados outros indicadores além da renda, fica claro que não há uma matriz específica de indicadores construídos no município e que ofereça subsídios para uso dos serviços, uma vez que esses indicadores são percebidos aleatoriamente, de acordo com a visão de cada profissional.

[...]de posse das informações processadas pelo sistema de informação, a gestão da Política de Assistência Social pode utilizar-se delas com o intuito de elaboração e/ou (re)alimentação do diagnóstico socioterritorial e dos serviços socioassistenciais. Desse modo, ao socializar tais informações, a Assistência Social facilita o exercício do controle social e possibilita o exercício de Vigilância Social. (SILVA, 2012, p. 102).

No que tange aos recursos financeiros da Assistência Social, sabemos, que mesmo havendo aumento nos investimentos da Política Social a partir de 2010, bem como investimento em programas, serviços e benefícios, os recursos municipais ainda são insuficientes para o exercício dos serviços com maior “adequação”, bem como atender aos “padrões” estabelecidos pelas normatizações e regulamentações. Vale salientar ainda, que os investimentos financeiros na Política de Assistência Social são ainda incipientes, principalmente a contrapartida Estadual, sobrecarregando muitas vezes o município.

Mas, em nível federal, além dos recursos já definidos, os Municípios dispõem dos orçamentos do IGD- SUAS, Índice de Gestão Descentralizado do SUAS, instrumento que possibilita mensurar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial, no âmbito dos municípios, DF e estados. Sobre a fidedignidade do monitoramento da qualidade dos serviços, vale ressaltar as contradições já mencionadas anteriormente. No entanto, os recursos

disponibilizados pelo IGD do município deve ser utilizado<sup>43</sup>, dentre outras finalidades, para a implantação, organização e operacionalização da Vigilância.

Segue, IGD do Município, quadro 9:

**Quadro 9 - IGD do Município**

<b>IGD SUAS Municipal</b>	<b>Índices</b>	<b>Referência</b>
Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social - IDCRAS Médio	0,83	04/2015
Índice de Execução Financeira Ajustada	1,00	04/2015
Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social Municipal (IGDSUAS-M)	0,87	04/2015
<b>Recursos</b>		
	<b>Recurso Mensal de abr/15</b>	<b>Recurso Acumulado em 2015</b>
Teto de Recursos para Apoio à Gestão do SUAS (R\$)	1.213,01	4.852,04
Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R\$)	1.051,28	4.205,12

Fonte: Relatório de programas e Ações MDS. Disponível em: <  
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>.

Ainda na perspectiva do financiamento, é válido mencionarmos que maior parte dos recursos são destinados aos programas de transferência de renda, o que torna o incentivo financeiro possível de mobilidade, ainda mais incipiente.

<sup>43</sup> Aquisição de equipamentos eletrônicos, tais como, microcomputadores, servidores, impressoras, scanner, data show, GPS, "tablet", "modem"; equipamentos para instalação ou ampliação de redes, etc.; Aquisição de mobiliário, tais como mesas individuais, mesas de reunião, cadeiras, arquivos, armários, aparelhos de ar condicionado, aparelhos telefônicos, aparelhos de Fax etc.; Aquisição de softwares, especialmente aqueles destinados ao processamento de dados, tais como programas para análise estatística e geo referenciamento; Aquisição de materiais de consumo, tais como papel e tinta para impressoras, Contratação temporária de Pessoas Físicas ou Jurídicas para ministrar capacitações e treinamentos de interesse da Vigilância Socioassistencial; Contratação de estatísticos e sociólogos, ou outros profissionais, para atuarem como consultores na implantação da vigilância socioassistencial; Contratação temporária de Pessoas Físicas ou Jurídicas para mapear ocorrências de situações de vulnerabilidade e risco, bem como potencialidades presentes no território; Contratação temporária de Pessoas Físicas ou Jurídicas para realizar estudos voltados à definição e descrição de fluxos e processos de gestão pertinentes ao registro e armazenamento de informações, notificação de situações de violência e violações de direitos, referência e contra-referência no âmbito do SUAS, referenciamento intersetorial (entre o SUAS e as demais políticas públicas), realização da busca ativa, dentre outros; Contratação temporária de Pessoas Físicas ou Jurídicas para desenvolvimento de demais, estudos, diagnósticos e pesquisa de interesse da Vigilância Socioassistencial; Locação de espaço físico, logística, para realização de oficinas, encontros, seminários, treinamentos e capacitações de interesse da Vigilância Socioassistencial; Custeio de diárias e passagens para participação em oficinas, encontros, seminários, treinamentos e capacitações de interesse da Vigilância Socioassistencial. Contratação de serviços de internet (provedores);

Apresentamos aqui, para conhecimento sobre o município, os dados do Programa Bolsa Família e do BPC: quadros 10 e 11.

#### Quadro 10 – panorama do PBF do Município

		Mês Referência
Estimativa de famílias de baixa renda - Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	2.374	2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	1.829	2010

#### Cadastro Único

		Mês Referência
<b>Total de famílias cadastradas</b>	2.831	03/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	1.993	03/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	227	03/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo	470	03/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	141	03/2015
<b>Total de pessoas cadastradas</b>	8.830	03/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	6.134	03/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	989	03/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo	1.496	03/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	211	03/2015

#### Quadro 11- Panorama do BPC do Município

#### Assistência Social

Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Beneficiários	Repasso do Mês	Repasso Acumulado	Referência
Total de Beneficiários Idosos	86	R\$ 67.374,00	R\$ 134.748,00	02/2015
Total de Beneficiários PCD	233	R\$ 183.604,00	R\$ 369.572,00	02/2015
<b>Total BPC</b>	<b>319</b>	<b>R\$ 250.978,00</b>	<b>R\$ 504.320,00</b>	<b>02/2015</b>
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	7	R\$ 5.516,00	R\$ 11.032,00	02/2015
<b>TOTAL(BPC + RMV)</b>	<b>326</b>	<b>R\$ 256.494,00</b>	<b>R\$ 515.352,00</b>	<b>02/2015</b>

Fonte: Relatório de programas e Ações MDS. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>.

Na perspectiva de aprimoramento dos instrumentos da Assistência Social, são criados aplicativos informatizados<sup>44</sup> enquanto instrumento de gestão, que

<sup>44</sup> Nas atribuições do Sistema de Informações do SUAS, segue: Organizar a produção, o armazenamento, o processamento e a disseminação dos dados e da informação, disponibilizando-os na ótica da garantia da cidadania; Dar suporte à operação, à gestão, financiamento e controle social do SUAS, ao monitoramento e avaliação de programas, serviços, projetos e benefícios contemplando os diversos integrantes dessa política pública (gestores, técnicos, usuários, entidades, conselhos e sociedade); Trabalhar dados operacionais e gerenciais visando a criação de indicadores de



possibilitam o armazenamento, comparação e cruzamento dos dados da Proteção Social, tanto a nível municipal, quanto Estadual e Federal. A implantação dessas ferramentas de gestão é instituída enquanto meta para criação e fortalecimento da rede SUAS, projetando uma Política Social no país.

No entanto, vale ponderar acerca das condições reais de materialização e implantação dessas redes de informação, principalmente a nível municipal, bem como o controle sobre a veracidade dos dados disponibilizados. Nessa perspectiva, atentamos aqui para as condições não somente objetivas quanto subjetivas de concretização dessas ações, o que significa dizer o incipiente investimento por parte dos governos de Estado e da União, referentes a recursos financeiros que viabilizem a efetivação desses sistemas de informação nos municípios, bem como a oferta de capacitação dos profissionais da rede, o que está diretamente relacionado às práticas de avaliação e monitoramento nos territórios e demais ações que viabilizam a vigilância social.

Quanto à meta de capacitar os trabalhadores do SUAS no processo de reconhecimento, identificação de riscos e vulnerabilidades bem como de situações de violência e pobreza nos território, o que caracterizam ações cotidianas do processo de Vigilância, devemos destacar a criação do Programa CapacitaSUAS. Um programa de capacitação para os técnicos da proteção social municipal, executado a partir de transferência de recursos federais, impulsionando a realização de ações previstas nos Planos Estaduais de Capacitação. Sobre essa questão, é mister salientar que o curso ainda é permeado de fragilidades na sua operacionalização, execução e alcance de cobertura. Ainda perpassa por essas fragilidades, os atrasos nos recursos financeiros, o que tem interrompido as ações dos cursos.

---

processos e resultados e as análises daí decorrentes; Gerar e Gerir subsídios para a implantação de uma política articulada de informação que realmente promova novos patamares de desenvolvimento da política de Assistência Social no Brasil, na perspectiva da integração das ações a serem realizadas e dos recursos a serem utilizados, facilitando a participação, o controle social e uma gestão otimizada da política; Democratizar a informação, na amplitude de circunstâncias que caracterizam a política de Assistência Social, desenvolvendo sistemas de informação que serão base estruturante e produto do Sistema Único de Assistência Social e na integração das bases de dados de interesse para o campo do socioassistencial; Integrar dados e informações dos três níveis de gestão, garantindo uma perfeita comunicação entre os entes federados e criando uma base de dados específica e corporativa da área; Prestar contas a sociedade. (TAPAJÓS 2006, p.189-190 apud SILVA, 2013 p.102).

Nesse sentido, a discussão tem se dado muito presa às normativas da política, o que se faz ainda muito distante das realidades dos municípios, tanto em nível de discussão quanto de execução das atividades bases para se iniciar a captação das informações territoriais. Podemos reafirmar essas questões através das falas dos sujeitos da pesquisa, em que o conhecimento acerca da vigilância social, bem como dos processos de monitoramento e avaliação, indicadores sociais, dentre outros, ainda é elementar ou pautado apenas nos conceitos das regulamentações, reafirmando o distanciamento do que preconiza a política e as normativas, e as situações reais dos territórios.

Considerando que a vigilância é algo em construção e recente, constatou-se durante as entrevistas, que a Vigilância Socioassistencial no Município ainda está no estágio de aproximação, o que significa dizer que não há na prática institucional rotinas de trabalho no sentido de viabilizar as ações da vigilância. Dentro da análise das entrevistas, é possível inferir que a aproximação dos profissionais com a temática se encontra nos estágios iniciais. A fala que segue, evidencia essas duas questões. *“a vigilância social em relação ao município, como eu estava comentando com você, na minha visão não existe, pois o conselho municipal é precário, as pessoas que compõe o conselho não se interessam”* Entrevista 2.

Pode-se inferir, a partir dessa verbalização, as implicações acerca da não efetivação da vigilância e conseqüentemente do processo de monitoramento do sistema de informações, especialmente, considerando a responsabilidade que tem o conselho de fiscalizar, avaliar e aprovar, haja vista que a existência de um conselho<sup>45</sup> atuante e com domínio real da política poderia problematizar junto a gestão determinadas questões pertinentes aos subsídios fornecidos ao sistema de informações, o que não minimiza a competência do município na efetivação de um processo de vigilância que oportunize um processo real de informações e avaliações da política no município com vista a qualificar suas ações.

---

<sup>45</sup> Salientamos nesse ponto, a importância do CMAS e dos sujeitos sociais para a potencialização, efetivação e expansão das ações da Proteção Social, bem como da Política com um todo. Para tanto, nos limites de trabalho não adensaremos essa discussão, mesmo compreendendo ser pertinente nas falas. No entanto, na página 28 do presente trabalho, elencamos algumas aproximações acerca do CMAS no município, articulado com as falas da entrevistada.

No que tange aos processos de análise da cobertura dos serviços e benefícios disponibilizados, compreendendo ser esta, uma ação de monitoramento muito importante no processo da vigilância. Buscamos nas entrevistas, saber sobre essa prática, bem como perceber a importância dessa avaliação para o planejamento das ações de gestão. Sobre essa questão, a entrevistada 1 afirma não haver levantamento dessas informações por parte da gestão. Justifica que essa “análise” é realizada apenas através da percepção dos próprios técnicos, por meio dos atendimentos realizados. A afirmativa se condensa na fala proferida a seguir: “a análise é feita em partes, extra oficialmente ao órgão gestor, apenas por nós”.

A entrevistada 2 coloca essa questão de forma a nos proporcionar novas reflexões:

*Em relação a CRAS é limitado na verdade (pequena pausa), por que infelizmente muda de gestor e não da continuidade aos programas e o CRAS hoje é triste falar do CRAS, as coisas não estão acontecendo no CRAS, né, por um problema interno da prefeitura, as coisas não tão acontecendo com tanta empolgação na verdade, até por que o público tá evadindo. Então a equipe toda vigia assim [...] A equipe toda vigia, assim, fazendo busca ativa, existe um interesse da equipe de ver a coisa acontecer. (Entrevista 2).*

Devemos problematizar, para além da ausência de análise da cobertura dos serviços, a questão das mudanças de gestão tanto enquanto Prefeitos, quanto Secretários e Coordenadores. A mudança dos gestores, comumente implica na interrupção dos programas e rotatividade de profissionais dos equipamentos, enfatizando a fragilização dos vínculos internos do equipamento, bem como os firmados entre os profissionais e as famílias/indivíduos, caracterizando dessa forma, uma potencial causa do afastamento dos usuários do equipamento.

As falas são esclarecedoras em si sobre os processos da análise da cobertura dos serviços ofertados no município, no entanto, nos faz retomar um apontamento anterior que dificulta e fragiliza o processo de implantação da Vigilância Socioassistencial, que é o fato de ser uma discussão ainda muito recente na Política de Assistência Social, evidenciando e reafirmando a superficialidade do conhecimento acerca do que seja a Vigilância? Como é feita? Por quem é feita? O que se configura enquanto processo de Vigilância no Município? Etc.

Essas questões nos direcionam a indagações sobre a atuação do Estado e do MDS, no tocante ao cumprimento de ações básicas de informação e capacitação dos profissionais da rede socioassistencial dos municípios, tendo em vista que a implantação da Vigilância em todos os municípios do país é uma meta vislumbrada a curto prazo pelo MDS. Essas inquietações se fazem pertinentes a partir do que foi evidenciado e exposto na pesquisa de campo do Município de São Félix. Percebemos a necessidade e a urgência em se promover capacitações para os técnicos da política, instrumentalizando-os para a promoção da Vigilância Social.

Com relação a esse aspecto, não eximimos o Município das suas responsabilidades enquanto promotor de capacitações e atividades de aprimoramento profissional. Ademais, problematizamos o investimento Municipal na contratação de Consultorias, ao invés de capacitar os próprios técnicos da Política. Sobre essa questão, a fala que segue é elucidativa.

*Bem, como eu comentei ontem né teve uma pessoa que estava prestando serviço pro município e teve acesso a senha e descaradamente, que eu achei um absurdo e entrar no sistema e achar que deve alimentar, que deve colocar dados surreais, que foram dados surreais e prejudicou por que, como é que eu vou alimentar um sistema no mês que vem com 150 deficientes, num grupo que não existe e de um mês pro outro o grupo acabou.*

*Assim, isso complica por que a gente tem todo um processo, eu sou bem realista Lorena, não é que sou a pessoa mais correta do mundo não, mas a gente tem que colocar os dados do município por mais que o recurso não caia, não caia recurso, mas as pessoas vão ver que não ta acontecendo. (Entrevista2).*

Tomando como referência o monitoramento, a avaliação e a construção de indicadores sociais enquanto atividades elementares para se pensar a Vigilância Social, o que devemos inferir a respeito, quando essas atividades são desconhecidas ou pouco utilizadas pelos profissionais de referência? Ainda dentro desse escopo, fica a indagação concernente à fidedignidade das informações lançadas no censo SUAS dos municípios.

Constatamos na verbalização, que o lançamento desses dados sem que haja prévio conhecimento sobre a realidade do Município, pode causar implicações futuras à gestão e à rotina de trabalho dos profissionais, já que esses dados são subsídios para a percepção situacional da Proteção Social e mapeamento da rede de Proteção Social.

No percurso das análises aqui discutidas, constatamos limites, dificuldades e aspectos facilitadores para o exercício da vigilância social.

Permanecemos com a inquietação, a partir de algumas afirmativas das Entrevistas, sobre a construção dos indicadores sociais e do diagnóstico socioterritorial:

*“não sei, não sei quem faz quem executa como eles levam os dados, nem se esses dados que são disponibilizados são fictícios, por que se já há uma deficiência na rede, é quase impossível levantar esses dados reais [...] Relação entre a vigilância e a construção do diagnóstico socioterritorial (pequena pausa), Eu não tenho nenhuma posição com relação a isso por que eu não sei nem quem constrói esse relatório então não posso dizer a relação se eu não conheço como é feito. Não sei.” (Entrevista 2).*

*“Não sei como está sendo feito, e nem por quem está sendo feito o diagnóstico. Nem sobre os dados”. (Entrevista 1).*

Se faz necessário, dentro do universo da pesquisa, salientar a importância do Censo SUAS enquanto ferramenta de monitoramento da implantação e do funcionamento das unidades socioassistenciais dos Municípios. Através do fornecimento desses dados, o MDS pode avaliar o funcionamento das unidades e dos serviços prestados, caracterizando-se enquanto um indicador para o acompanhamento da evolução da Proteção Social.

Nesse âmbito de análise, o diagnóstico socioterritorial é muito importante no que tange ao reconhecimento da realidade de cada município, potencializando o planejamento de ações, projetos e programas sociais condizentes com a realidade do município pesquisado.

Sobre a importância da Vigilância na construção do diagnóstico socioterritorial, evidenciamos através da verbalização da entrevista 1 caracterizando-o enquanto

*“um processo de extrema importância pois aponta aos técnicos e gestores onde temos que intervir com mais intensidade, aloca recursos no orçamento, em ações em que a avaliação aponta maior vulnerabilidade de forma a minimizar e otimizar serviços e ações”.*

Vale ressaltar segundo Silva (2011), que o Censo SUAS é a forma dos municípios ou estados demonstrarem a implantação das unidades socioassistenciais, bem como a oferta regular dos serviços (cofinanciados ou não

pelo MDS). Diante disso, se não há o preenchimento do Censo SUAS, o MDS entende que a unidade não está em funcionamento, portanto, a unidade é “inativada” no CADSUAS e o repasse de recurso pode ser suspenso. Outro efeito do não preenchimento do Censo SUAS está relacionado aos recursos do IGDSUAS, pois no cálculo do IGD é levado em conta o Indicador de Desenvolvimento do CRAS (ID-CRAS) e, portanto, se não foram fornecidas as informações referentes ao CRAS não é possível realizar esses cálculos, o que impacta negativamente no IGDSUAS.

Diante do exposto, percebemos a incongruência entre os dados e indicadores disponibilizados pelo Município aos sistemas de informação, o que é evidenciando no decorrer do trabalho, o que apresentamos mediante verbalizações das pesquisas sobre a realidade apresentada, em contraponto com os dados municipais disponibilizados ao MDS. Podemos inferir ainda, diante do exposto, que as inconsistências apresentadas nas falas e nos sistemas de informação, e mesmo entre as próprias falas vão de encontro ao incipiente conhecimento sobre a Política de Assistência Social por parte da equipe e da Gestão Municipal, acarretando em processos de descontinuidade e fragilização dos serviços ofertados, concomitantemente, à fragilização da viabilização do Direito. Essa situação reforça o distanciamento e a contradição existente entre o que é preconizado pela Política, e a real efetivação na realidade dos territórios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com Silva 2012, enquanto sistema de análise situacional de vulnerabilidade e risco social, a Vigilância Social constitui-se, atualmente, como instrumento de construção de saberes, o que supõe conhecimento da realidade a partir da leitura das demandas, necessidades e potencialidades da população, além propiciar o monitoramento dos serviços de toda a rede de entidades de assistência social vinculadas ao SUAS, com o objetivo de conformar uma rede local organizada de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social.

A partir de afirmações como essas, e dentro do escopo da discussão, evidenciamos durante a elaboração do trabalho e período das entrevistas, um certo distanciamento no que tange às efetivações da Vigilância Socioassistencial nos territórios municipais. Percebemos que o tema é incorporado de forma ainda insuficiente ao cotidiano dos serviços de assistência social, tanto dos equipamentos de referência quanto do órgão Gestor<sup>46</sup>.

Ainda na pesquisa, percebemos uma certa abstração por parte de sujeitos pesquisados, sobre conhecimentos técnicos e operativos, caracterizando um discurso sobre o que é vigilância social permeado de abstração, como uma função da assistência social abstraída do real. As respostas dos sujeitos apesar de virem ao encontro com os normativos oficiais percebemos em muitos momentos, que são discursos “prontos”, e que se contrastado em outros momentos da pesquisa, buscando elucidar a operacionalização da vigilância social, percebemos a discrepância entre os discursos, e a ênfase no distanciamento entre a teoria e a prática. Nesse sentido, as observações iniciais se reafirmam no que tange à distância entre o que preconiza a política e a sua real operacionalização nos territórios – no caso do nosso estudo- no Município de São Félix -BA.

As falas comprovam também necessidade de amadurecimento sobre o que é a vigilância social para a política de assistência social. Para isso, sinalizamos dentro

---

<sup>46</sup> No que diz respeito às informações mais direcionadas à gestão do município, o trabalho se limita às exposições das entrevistas com o corpo técnico, tendo em vista que o Gestor da Política no Município se mostrou resistente em colaborar com a pesquisa. Dessa forma, ficamos ainda com algumas indagações sobre inúmeras questões no tocante a essa área específica.

dos limites e possibilidade do Município, a possibilidade de elaboração de fóruns, grupos de estudos, oficinas de capacitação, que permitam o amadurecimento teórico, com vistas a problematizar a aplicabilidade desse instrumento no cotidiano da política de assistência social no município.

Como mencionado anteriormente, o presente trabalho foi permeado de entraves para a sua concretização, valendo ressaltar a incipiente discussão sobre o assunto em questão, o que nos leva a uma gama de dúvidas e inquietações sobre o tema. No entanto, a falta de questionamento ou mesmo apontamentos críticos sobre a operacionalização da vigilância, e mesmo sobre as dificuldades na sua efetivação na prática cotidiana de atuação profissional enfatiza ainda mais a necessidade de se adensar a discussão de forma mais crítica e propositiva dentro dos espaços acadêmicos e de operacionalização da Política, vislumbrando a possibilidade de extrapolar o que está estabelecido nas normativas e considerando as vivências do cotidiano do município.

Buscamos perceber nesse trabalho a importância do registro adequado das informações, a partir de instrumentais padronizados e informatizados pelas gestões municipais, evidenciando questões pertinentes à fidelidade das informações disponibilizadas, sendo essas, ferramentas importantes no processo de avaliação, organização e operacionalização de projetos, serviços e benefícios da Proteção Social. Apontou-se que os serviços, normalmente, registram informação sem método, o que dificulta a produção de informações gerais e análogas.

No que concerne à compreensão da vigilância social, a pesquisa permitiu-nos conhecer a visão dos entrevistados acerca dessa função. Nesse sentido, os aspectos mais destacados nas falas dos entrevistados foram trabalhados no decorrer do estudo, trazendo-os enquanto base para o conhecimento da realidade no Município.

Nesse sentido, podemos inferir que a Vigilância está ainda dando os primeiros passos na sua operacionalização e efetivação, havendo ainda muito caminho a ser percorrido para a plena implantação, e real efetivação e operacionalização. Para tanto, é mister salientarmos, que esse processo depende de uma gama de ações no sentido da objetivação da operacionalização, informatização e padronização dos serviços, projetos e benefícios da Proteção Social. Salientamos a importância e a



extrema necessidade de maiores investimentos em corpos técnicos mais sólidos, com vínculos trabalhistas menos frágeis, de maiores investimentos na promoção da capacitação da equipe técnica, bem como dos Gestores da Política, sendo a indicação de cargos, uma fragilidade no tocante à potencialização dos serviços.

Com isso, entendemos que a Vigilância deve se materializar concretamente nas ações cotidianas dos territórios, permeado as ações dos trabalhadores e gestores do SUAS.

Ressaltamos ainda, que para a construção do Sistema de Vigilância Social e produção de conhecimento, o CRAS adquire centralidade na construção dos serviços de assistência social, pois as informações “colhidas” nesse equipamento demonstram dados relevantes e de maior proximidade sobre os indivíduos e grupos pretensos para as ações dessa política, permitindo ainda mensuração de indicadores mais próximos à realidade do que os fornecidos por institutos de pesquisa.

Esse trabalho se configura enquanto um estudo exploratório a cerca da temática proposta, não havendo pretensão em ser conclusivo, mas, incitar e aguçar a discussão sobre a Vigilância, na perspectiva de que contribua para a produção de outras pesquisas e trabalhos, uma vez que fica evidente durante toda a pesquisa, a incipiente abordagem sobre a temática.

Nesse sentido, enfatizamos a perspectiva de realização de um trabalho de proposições críticas e reflexivas, o que se tornou um desafio na elaboração deste, tendo em vista as bibliografias técnicas utilizadas, bem como as dificuldades em campo, no sentido de conseguir dados sobre o Município, e ainda sobre o processo de aproximação com os sistemas de Informação do MDS.

Assim, conjecturamos a possibilidade de o trabalho vir a contribuir com a realidade do município, enfatizando a importância dos processos da Vigilância e da capacitação técnica para o desempenho e efetivação da Proteção Social no Município de São Félix, tecendo um diálogo entre as fragilidades e potencialidades municipais, bem como apontando indicativos e possibilidades de contribuições para melhor desenvolver e viabilizar os serviços da proteção Social do Município.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Boletim Ministério do desenvolvimento e combate à fome, panorama Municipal.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/Rlv3/geral/index.php>

BRASIL. Governo da Bahia, Prefeitura Municipal de São Félix. **Lei Nº 136/2008.** Disponível em: [http://portaldatransparencia.com.br/prefeitura/saofelix/?pagina=lei\\_decreto&frompage=21&StartRow=101](http://portaldatransparencia.com.br/prefeitura/saofelix/?pagina=lei_decreto&frompage=21&StartRow=101)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno SUAS V: financiamento da assistência social no Brasil.**- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de textos: VI conferência Nacional de Assistência social.** Brasília, DF: MDS. Conselho Nacional de Assistência social, 2007. Disponível em:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria**- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. 210p.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. 210p

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.210p.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para o Monitoramento de Programas** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.91p.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de informações. Diagnóstico para gestão Municipal.** Disponível em< [www.cepam.sp.gov.br](http://www.cepam.sp.gov.br)>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/Organizadores: José Ferreira da Cruz...[et al].** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 240p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** – Brasília. UNESCO, 2009. Disponível em:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil-** Brasília. UNESCO, 2009. 424 p. ISBN: 978-85-7652-092-4. Disponível em:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diagnóstico socioterritorial.** Município de São Félix BA. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/munic\\_social\\_2013/ver\\_tema.php?tema=t5\\_5&munic=29290](http://www.ibge.gov.br/munic_social_2013/ver_tema.php?tema=t5_5&munic=29290)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS anotada.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-anotada>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Programas e Ações MDS.** São Félix (BA). Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=2>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social.** CapacitaSUAS Caderno 3. Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013, 124 p. : il. Disponível em:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social.** CapacitaSUAS Caderno 1. Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013, 144 p. : il. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/CapacitaSUAS\\_Caderno\\_1.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/CapacitaSUAS_Caderno_1.pdf)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em:

BRASIL. **Seguridade social, desenvolvimento e saúde: desafios para o mundo do trabalho** – São Paulo: Central Única dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador, 2010. 108 p. : il.

CARVALHO, Anailza Perini de; LEITE, Izildo Corrêa. As ações de enfrentamento da pobreza e a origem e as principais características da política social no ocidente europeu e no Brasil. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 1, n. 17, p.37-68, jun. 2011.

CARVALHO, Anailza Perini de; LEITE, Izildo Corrêa. **As ações de enfrentamento da pobreza e a origem e as principais características da política social no**

**ocidente europeu e no Brasil.** Sociedade em Debate, Pelotas, (1): 37-68, jan.-jun./2011.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A assistência social no Brasil: da caridade ao direito.** Monografia- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **A Política de Assistência Social no Brasil: o foco na família e a questão dos mínimos sociais.** Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2): 153-173, jul.-dez./2007.

IVO, Anete Brito Leal. **A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado.** São Paulo em perspectiva, 18(2) 2004

KROHLING, Aloísio; TESSAROLO, Enzo Mayer. **Passagem do Programa Comunidade Solidária para o Programa Bolsa Família: continuidades e rupturas.** Caos – revista eletrônica de ciências sociais, n. 16, março 2011.

LAJUS, Maria Luiza de Souza. **A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. **A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências.

LIMA, Helena Ferreira de. **O modelo de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social ( SUAS) e seus desafios à garantia dos direitos sociais.** Dissertação ( mestrado)- universidade de Brasília, instituto de Ciências sociais, 2012. CDU 361/362(81)

MENOTTI, Carla; MILANI, Franciele Cristina; FAUSTINO, Patrícia; SOUZA, de Ribeiro Raquel. **A vigilância social no CRAS: novos olhares e novas práticas.** Monografia- Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, presidente prudente/sp 2011

Mioto, Regina Celia Tamasso; Nogueira, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.** R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013

NETO, Luiz Henrique da Rocha. **A formação do Estado brasileiro: patrimonialismo, burocracia e corrupção.** Revista do mestrado em direito. 2011 Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewFile/2598/1589>

PAZ, Rosangela Dias Oliveira. **Representação e representatividade: dilemas para os conselhos de assistência social.** In Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS. – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Sobre a Política de Assistência Social no Brasil.** In: Política social e democracia. Maria Inês Souza Bravo, Potyara Amazoneida Pereira Pereira (orgs) - 2. ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. **A vigilância social na política de assistência social: uma aproximação conceitual.** Serv. Soc. Rev., londrina, v. 15, n.2, p. 130-151, jan./jun. 2013

SILVA, Thaís Gaspar Mendes de. **A Vigilância Social na Política de Assistência Social: análise dos aspectos conceituais e operacionais no âmbito municipal.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes.** In: Concepção e Gestão da Proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, junho de 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

## APÊNDICES

### ROTEIRO DE ENTEVISTA COM COORDENADOR OU PROFISSIONAL DO CRAS

Tempo de trabalho na política de Assistência Social: \_\_\_\_\_

Tempo de trabalho no município de São Felix: \_\_\_\_\_

1. Qual a função/cargo que você desempenha?
2. Quais os programas, projetos e benefícios ofertados pelo município e desenvolvidos aqui no CRAS?
3. É feita análise da cobertura dos serviços e benefícios existentes no município? Se sim, de que forma isso ocorre e como reflete na execução de ações preventivas e/ou combativas da vulnerabilidade e risco social?
4. Qual a visão que você tem da vigilância socioassistencial? Como você compreende a função da Vigilância Social na Política de Assistência Social?
5. Quais as atribuições do Órgão Gestor e do CRAS no processo de Vigilância Social?
6. Quais os principais fatores de vulnerabilidade/risco são identificados no município? Eles são utilizados para a criação de indicadores sociais?
7. Sobre o diagnóstico socioterritorial do município, como é feita a elaboração deste? De que forma as informações do relatório são utilizadas no seu trabalho profissional?
8. Como é feito o registro dos atendimentos no CRAS? Há uma sistematização destes para alimentação do sistema de informação? Se sim, onde é feita?
9. Na sua percepção, quais as ações do CRAS colaboram para a execução da Vigilância Social do município?
10. Em sua opinião, qual a relação entre a função da vigilância e da construção do diagnóstico socioterritorial?
11. Como você percebe o processo de avaliação e monitoramento enquanto estratégia de gestão?

12. Quais os principais desafios e potencialidades você percebe para a vigilância social? Quais ações poderiam ser desenvolvidas na perspectiva de aumentar a capacidade de proteção social do município, tomando como referência a vigilância socioassistencial?

## ANEXO

### TERMO DE CONSENTIMENTO

**TÍTULO DA PESQUISA: A Política de Assistência Social à Luz da Vigilância Socioassistencial no Município de São Félix- BA.**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB- Coordenação de Serviço Social.

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Senhor(a) está sendo convidado como voluntário para participar da pesquisa de monografia **“A Política de Assistência Social à luz da vigilância socioassistencial no município de São Félix – Ba”** do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A pesquisa tem por objetivo perceber a materialização da vigilância socioassistencial no município de São Félix/BA. Nesse sentido, sua participação é fundamental. Para a coleta de informações será utilizada a entrevista semi-estruturada, que de acordo com seu consentimento, será gravada em aparelho Mp4 e posteriormente transcrita pelo pesquisador. O conteúdo desta entrevista será arquivada em CD-ROM, durante dois anos pelo professor orientador, Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo. Após esse período, os CDs terão seu conteúdo apagado. Garanto que a sua identidade será mantida em sigilo, respeitando o anonimato, e suas respostas utilizadas apenas para trabalhos e artigos científicos. Havendo qualquer desconforto durante a entrevista, esclarecerei dúvidas, reagendarei a entrevista ou aceitarei sua desistência em participar. As entrevistas acontecerão em local privativo e horário combinado, podendo você desistir da mesma a qualquer momento ou retirar seu consentimento sem sofrer nenhuma penalização. Esta pesquisa possui fins acadêmicos, não trará qualquer gasto financeiro para aqueles que aceitarem participar da mesma e não oferece qualquer risco para o seu trabalho. Para concordar em participar deste estudo, você deverá assinar duas cópias deste documento, que também será assinado por mim. Uma das cópias ficará com você e outra comigo. Como responsável pela coleta de informações, estarei disponível para esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, no e-mail [lorenafernandesf@gmail.com](mailto:lorenafernandesf@gmail.com) ou pelo telefone celular (75) 9948-3124. Você também pode contatar meu orientador, o Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo, através do telefone (75) 9225-7090 ou pelo e-mail [fhenriquecr@gmail.com](mailto:fhenriquecr@gmail.com). Esclarecidas as condições, convido você a participar de forma voluntária no estudo, conforme resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Deixo o convite da apresentação da defesa desse trabalho a ser marcado em hora e data definida pela banca examinadora informando-a com antecedência.

Assinatura do(a) Participante \_\_\_\_\_

Assinatura da Pesquisadora \_\_\_\_\_



Assinatura do Orientador da Pesquisa \_\_\_\_\_

Cachoeira-BA, \_\_\_\_\_ de maio de 2015.